



O FUTURO É HOJE

Sustentabilidade das Empresas Familiares

CADERNO DE LITERACIA FINANCEIRA PARA EMPRESAS FAMILIARES

Ficha Técnica

TÍTULO: Caderno de Literacia Financeira para Empresas Familiares

PROMOTOR: AEPVZ – Associação Empresarial da Póvoa de Varzim

CONTEÚDOS: Sandra Cristina Martins Henriques

DESIGN E PAGINAÇÃO: Índice ICT & Management

EDIÇÃO E IMPRESSÃO: Índice ICT & Management

TIRAGEM: 240 exemplares

DATA PUBLICAÇÃO: Dezembro 2022

ISBN: 978-989-53945-0-0

DEPÓSITO LEGAL: 508944/22

PROJETO: O Futuro é Hoje

COFINANCIAMENTO: Norte 2020

CONTACTOS: AEPVZ – Associação Empresarial da Póvoa de Varzim

Praça do Almada, 26

4490-531 Póvoa de Varzim

Tel: +351 252 624 661

geral@aepvz.pt

www.aepvz.pt

www.facebook.com/aepvz

https://www.instagram.com/aepvz_/



Índice

Introdução	1
PARTE 1: INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE.....	2
I. INTRODUÇÃO À TÉCNICA CONTABILÍSTICA	3
1. <i>Objetivos da Contabilidade</i>	3
2. <i>Tipos de Contabilidade</i>	4
3. <i>A Contabilidade e a Organização</i>	5
4. <i>Noção de Património: Composição e Valor</i>	6
5. <i>Inventário</i>	9
II. NOÇÃO DE CONTA.....	11
1. <i>A Conta</i>	12
2. <i>Representação gráfica</i>	13
3. <i>Classificação e Caracterização das Contas</i>	14
3.1. <i>Caracterização de algumas Contas de Balanço</i>	16
3.2. <i>Caracterização de algumas Contas de Resultados</i>	18
4. <i>Regras de movimentação</i>	20
III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22
1. <i>Balanço</i>	23
2. <i>Demonstrações dos Resultados</i>	27
3. <i>Demonstração de Fluxos de Caixa</i>	30
4. <i>Demonstração das Alterações no Capital Próprio</i>	32
5. <i>Anexo</i>	33
PARTE 2: GESTÃO E ANÁLISE FINANCEIRA	34
I. GESTÃO FINANCEIRA.....	35
1. <i>A gestão financeira</i>	35
2. <i>Aplicação do Resultado Líquido do Período</i>	38
II. PRINCIPAIS INSTRUMENTOS BASE DA ANÁLISE FINANCEIRA.....	39
1. <i>Balanço</i>	40
2. <i>Demonstração dos Resultados</i>	43
3. <i>Comparação do Balanço com a Demonstração dos Resultados</i>	45

III. MÉTODOS E TÉCNICAS DE ANÁLISE FINANCEIRA.....	46
1. Utilização de rácios e indicadores	46
2. Análise de Demonstrações Financeiras	49
IV. EQUILÍBRIO FINANCEIRO.....	50
1. Equilíbrio Financeiro de curto prazo.....	50
1.1. Óticas de análise do equilíbrio financeiro de curto prazo	50
1.2. Abordagem Tradicional	50
1.2.1. Fundo de Maneio (FM)	51
1.3. Abordagem Funcional.....	54
1.3.1. Balanço Funcional	55
1.3.2. Fundo de Maneio Funcional (FMF).....	56
1.3.3. Necessidades de Fundo de Maneio (NFM)	57
1.3.4. Tesouraria Líquida (TL)	58
1.3.5. Análises ao Balanço Funcional	59
2. Rácios e indicadores de atividade	60
2.1. Rácios de atividade de Curto Prazo.....	61
2.1.1. Rotação de Inventários.....	61
2.1.2. Duração média de inventários (DMI).....	62
2.1.3. Prazo médio de recebimentos (PMR)	63
2.1.4. Prazo médio de pagamentos (PMP).....	63
2.2. Rácios de atividade de Médio e Longo Prazo.....	64
2.2.1. Rotação do ativo total (RAT).....	64
2.2.2. Rotação do capital próprio (RCP).....	64
3. Rácios e indicadores de liquidez.....	65
3.1. Análise de liquidez	65
3.1.1. Duração do ciclo operacional (DCO).....	65
3.1.2. Duração do ciclo financeiro (DCF)	66
3.1.3. Liquidez geral (LG).....	66
3.1.4. Liquidez reduzida (LR).....	67



3.1.5. <i>Liquidez imediata (LI)</i>	67
3.2. <i>Limitações dos rácios de liquidez</i>	68
3.3. <i>Como melhorar a liquidez sem investir mais dinheiro na empresa</i>	68
4. <i>Equilíbrio Financeiro de médio e longo prazo</i>	69
4.1. <i>A análise do equilíbrio Financeiro de médio e longo prazo</i>	69
4.1.1. <i>Rácio de estrutura (RDE)</i>	69
4.1.2. <i>Rácio de estabilidade do financiamento (REF)</i>	70
4.1.3. <i>Rácio de estrutura do passivo (REP)</i>	70
4.1.4. <i>Rácio de cobertura das AFL por recursos estáveis (RCAFLRE)</i>	71
4.1.5. <i>Rácio de cobertura das AFL por capital próprio (RCAFLCP)</i>	71
4.1.6. <i>Rácio de autonomia financeira (RAF)</i>	72
4.1.7. <i>Rácio de endividamento (RE)</i>	72
4.1.8. <i>Rácio de estrutura do endividamento (REE)</i>	73
4.1.9. <i>Rácio de solvabilidade (RS)</i>	73
4.1.10. <i>Rácio de gastos de financiamento (RGF)</i>	74
4.2. <i>Como melhorar a situação de equilíbrio financeiro de MLP da empresa</i>	74
5. <i>Rendibilidade</i>	75
5.1. <i>Rácios e indicadores de Rendibilidade</i>	78
5.1.1. <i>Custo líquido do financiamento (CLF)</i>	78
5.1.2. <i>Valor acrescentado bruto (VAB)</i>	78
5.1.3. <i>Rendibilidade das vendas</i>	79
5.1.4. <i>Rendibilidade do investimento</i>	80
5.2. <i>Análise integrada de rácios</i>	82
5.2.1. <i>Equação fundamental da rendibilidade económica</i>	83
5.2.2. <i>Equação fundamental da rendibilidade do capital próprio</i>	84
5.2.3. <i>Análise DuPont</i>	85
5.2.4. <i>Análise Rendibilidade do capital próprio pelo modelo multiplicativo</i>	85
5.2.5. <i>Análise Rendibilidade do capital próprio pelo modelo aditivo</i>	86
5.2.6. <i>Efeito de alavanca financeira</i>	86



O FUTURO É HOJE

Sustentabilidade das Empresas Familiares

5.3. Rácios e indicadores de desempenho bolsista	88
5.3.1. Payout ratio (POR).....	88
5.3.2. Earnings per share (EPS).....	89
5.3.3. Price earning ratio (PER).....	89
5.3.4. Dividend yield (DY)	90

Introdução

As empresas familiares são uma realidade particular do tecido económico e da realidade jurídico-empresarial portuguesa. Estas, apesar de se caracterizarem, essencialmente, como sociedades fechadas, têm absorvido progressivamente os princípios delineadores do governo das sociedades - normas jurídicas, práticas e comportamentos relacionados com a estrutura de poderes decisórios (incluindo a administração, a direção e demais órgãos diretivos) e a fiscalização das organizações, compreendendo nomeadamente a determinação do perfil dos titulares de órgãos e corpos organizativos e as relações entre estes, os titulares do capital, os associados ou os fundadores e os outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da organização.

Além do mais, quando comparadas com as suas congéneres não familiares, as empresas familiares são detentoras de um elemento muito próprio, a Família Empresária. Esta, presente em todos os domínios de atuação da empresa, influenciará a sua atividade, possibilitando que em áreas como a propriedade, a gestão e a sucessão, a empresa familiar se distinga das empresas não familiares.

A literacia financeira integra o nosso quotidiano e exerce um papel fundamental não só para uma economia mais funcional, mas também para uma sociedade mais informada no que diz respeito ao impacto das suas decisões financeiras. Quando são tomadas decisões financeiras, esta é potenciada pelo conhecimento das diversas ferramentas disponíveis, o que torna a literacia financeira dos empresários e gestores essencial para o sucesso de uma empresa.

Portugal tem uma das taxas de literacia financeira mais baixas da União Europeia, de acordo com um estudo de 2020 (Klapper, L. and Lusardi, A.) e referenciado pelo banco central europeu. Não obstante, esta temática ainda representa um grande desafio para o nosso tecido empresarial, sobretudo, num contexto de crise económica como consequência da pandemia.

Sendo este tema absolutamente relevante para o universo das Pequenas e Médias Empresas (PMEs muitas delas de cariz familiar), torna-se indispensável criar uma rede de suporte aos empresários, grande parte deles isolados e desorientados, providenciando mentoria e formação de acordo com os apoios disponíveis, mas também apostar num acompanhamento na reedificação das suas estratégias de negócio.

O crescimento da literacia financeira é um dos propósitos das políticas públicas pois possibilita uma melhor tomada de decisões financeiras, nem sempre fáceis, mas com grande impacto a nível pessoal e empresarial.



PARTE 1:
INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE



I. INTRODUÇÃO À TÉCNICA CONTABILÍSTICA

1. Objetivos da Contabilidade

Normalmente, a palavra contabilidade está associada à ideia de contas, de livros de escrituração comercial, de procedimentos destinados ao apuramento do que se ganhou ou perdeu na empresa. Com efeito a contabilidade não é mais do que um registo, adaptado a necessidades específicas, que permite expressar sob forma clara e concisa as alterações ocorridas em determinado património.

Independentemente da complexidade que a informação contabilística possa apresentar em algumas empresas, na realidade a Contabilidade, visando fornecer informações, tem entre outros os seguintes objetivos:

- Conhecer com exatidão a situação patrimonial;
- Determinar a posição devedora ou credora da empresa;
- Explicar a natureza do resultado obtido (ganho ou perda);
- Apurar o custo dos bens vendidos e/ou serviços prestados.

As informações da Contabilidade são de grande interesse e utilidade para quem gere, administra ou dirige as unidades económicas, pois permite-lhes analisar a evolução da gestão e auxiliar na tomada de decisões.

Contudo, existem outras entidades que também beneficiam das informações contabilísticas, como é o caso da Administração Pública, Credores, Investidores, entre outros utentes.



2. Tipos de Contabilidade

Contabilidade Geral ou Contabilidade Financeira (Externa)

- Visa determinar a situação patrimonial da organização e dos resultados globais;
- Fornecer informações (normalizadas) sobre a situação económico-financeira aos diferentes utilizadores externos da informação financeira.

Contabilidade Analítica ou Contabilidade de Gestão (Interna)

- Destina-se a estudar as operações internas relacionadas com a atividade que desenvolve, contabilizando e analisando os custos e os proveitos não globais mas por linha de produção.

Contabilidade Orçamental ou Contabilidade Previsional

- Visa organizar e quantificar as ações a desenvolver num futuro imediato.

3. A Contabilidade e a Organização

As organizações são entidades organizadas com meios materiais e humanos, viradas para a produção e distribuição de bens e serviços, com o fim de satisfazer as diversas necessidades.

O ciclo de vida das organizações passa por três fases distintas:

- **1ª Fase – Institucional:** É nesta fase que se decide a sua criação, através da obtenção e combinação dos recursos necessários, para a sua entrada em funcionamento.
- **2ª Fase – Funcionamento ou Execução:** É nesta fase que se o processo de transformação, ou seja, o da produção de bens e serviços, com vista à obtenção de certos resultados.
- **3ª Fase – Liquidação:** Nesta fase procede-se à extinção da empresa.

Das três fases, a que tem maior duração é a segunda (fase de funcionamento ou execução). Uma vez que esta fase é longa, é dividida em intervalos de tempo que permitem fazer de forma eficaz o apuramento dos resultados, assim como a elaboração do Balanço e da Demonstração dos Resultados, a aprovação de contas e ainda a apreciação de todo o trabalho da Direção da Administração Pública, Credores, Investidores, entre outros utentes.

A esses intervalos de tempo, normalmente coincidentes com um ano civil, dá-se o nome de período administrativo, contudo dependendo da área poderá assumir outras designações, nomeadamente:

- Do ponto de vista da **Gestão**: exercício económico;
- Do ponto de vista da **Contabilidade**: exercício contabilístico;
- Do ponto de vista da **Fiscalidade**: período tributário.

4. Noção de Património: Composição e Valor

Toda a unidade económica para exercer a sua atividade, necessita de determinados valores de máquinas, edifícios, mercadorias, dinheiro entre outros elementos. No exercício de qualquer atividade estão sempre associados valores que são pertença de alguém.

O conjunto de valores utilizados pela unidade constitui, pois o seu património. Contudo, nem só os edifícios, numerário e equipamentos utilizados constituem o património. A empresa no desenvolvimento da sua atividade estabelece relações que originam um conjunto de direitos e obrigações. Assim aparecerão dívidas a receber, que representam valores pertencentes à empresa, e dívidas a pagar que representam valores pertencentes a terceiros e como tal a empresa possui a obrigação de pagar. Tanto as dívidas a receber como as dívidas a pagar são consideradas valores integrantes do património.

Podemos designar por **património** o conjunto de valores sujeitos a uma gestão e afetos a determinado fim. O património de um comerciante é, portanto, o conjunto de valores utilizados por esse comerciante na sua vida comercial. Contudo, os valores pertencentes a esse comerciante não utilizados no desenvolvimento da sua atividade (ex.: utensílios domésticos) não devem ser considerados no seu Património Comercial, pois pertencem ao seu património enquanto pessoa jurídica (privada), não como comerciante.

Designa-se por **elemento patrimonial**, cada componente de um património.

Assim, o **património** é:

- Um conjunto de elementos heterogéneos;
- Grupo de valores geridos e afetos a determinado fim;
- Conjunto de bens, direitos e obrigações redutíveis a um valor pecuniário.

No património pode-se distinguir duas classes de **elementos patrimoniais** distintos:

- **ATIVO** (elementos positivos): representam aquilo que se possui ou se tem a receber,
- **PASSIVO** (elementos negativos): representam aquilo que se tem a pagar.

Num património há a considerar dois aspetos distintos:

- A sua composição;
- O seu valor.

Quanto à **composição**, o património engloba um conjunto de elementos heterogéneos com um determinado valor, como sejam as mercadorias, numerário, edifícios, etc.. A composição do património diz respeito à natureza dos elementos patrimoniais e à sua extensão.

Entende-se por **valor do património**, a quantia que seria preciso desembolsar para o obter, isto é, para receber em troca todo o ativo, ficando ao mesmo tempo com o encargo de pagar todo o passivo. De forma simplista, podemos concluir que sendo o ativo um conjunto de valores positivos e o passivo um conjunto de valores negativos, o valor do património corresponde à soma algébrica das duas classes de elementos.

Contudo, o valor do património pode ser entendido de diferentes formas:

- Interesse residual (valor abstrato);
- Situação líquida (capital próprio).

Exemplo

PATRIMÓNIO	
ATIVO	
Numerário	2.000,00
Edifício	70.000,00
Viatura	20.000,00
Dívidas de terceiros	8.000,00
TOTAL DO ATIVO	100.000,00
PASSIVO	
Dívidas a terceiros	5.000,00
Empréstimo bancário	35.000,00
TOTAL DO PASSIVO	40.000,00
Valor do Património	60.000,00



À expressão numérica do valor do Património, chama-se Capital Próprio, Situação Líquida ou Património Líquido.

Sendo o Capital Próprio dado pela diferença entre o Ativo e o Passivo, facilmente se depreende que ele representa o conjunto dos valores que pertencem efetivamente ao proprietário da empresa, ou seja, representa os direitos que o proprietário tem sobre a mesma.

Em termos monetários o Capital Próprio de um dado momento, representa o valor que o proprietário da empresa teria direito a receber se cessasse a sua atividade, liquidando o património (do ponto de vista contabilístico) nesse momento.

Três casos podem ocorrer em dado património:

i. O Ativo é superior ao Passivo, havendo um excesso de valores Ativos sobre os Passivos. Neste caso a Situação Líquida diz-se Ativa.

$$A > P \Rightarrow \text{S.L. Ativa, ou seja } A = P + \text{Capital Próprio}$$

ii. O Ativo e Passivo, têm o mesmo valor, não havendo neste caso Situação Líquida, ou seja, ela é nula.

$$A = P \Rightarrow \text{S.L. Nula, ou seja } A = P$$

iii. O Ativo é inferior ao Passivo, havendo um excesso de valores Passivos sobre os Ativos. Neste caso a Situação Líquida diz-se Passiva e é considerada negativa.

$$A < P \Rightarrow \text{S.L. Passiva, ou seja } A + \text{Capital Próprio} = P$$

O património de qualquer empresa encontra-se necessariamente numa das três situações anteriormente citadas, apesar de o 2º caso ser o de mais difícil ocorrência, visto dificilmente coincidirem os valores das duas rubricas.

5. Inventário

O inventário consiste numa relação (rol, lista) dos elementos patrimoniais, com a indicação das quantidade e dos valores desses elementos, numa determinada data. Elaborar um inventário consiste, pois, em analisar os elementos de um dado património, descrevê-los e atribuir-lhes um valor.

No inventário deve considerar-se três fases:

- **Arrolamento (identificação):** em que se verifica quais os elementos patrimoniais existentes;
- **Descrição e Classificação:** em que os elementos serão apresentados e repartidos pelas classes a que respeitam;
- **Avaliação (valorização):** ato de atribuição de um valor a cada elemento patrimonial.

Os inventários podem classificar-se de acordo com diversos critérios:

Âmbito:

- **Inventário Geral:** quando nele figuram todos os valores constitutivos de um dado património;
- **Inventário Parcial:** quando abrange apenas alguns elementos patrimoniais.

A inventariação das existências, ou dos débitos de cada empresa é um caso ilustrativo de inventário parcial.

Forma descritiva dos elementos patrimoniais:

- **Inventário Simples:** os elementos aparecem dispostos sem obedecer a qualquer ordem, apenas se atende à natureza dos elementos patrimoniais por ativo e passivo;
- **Inventário Classificado:** os elementos aparecem agrupados segundo a sua natureza, características ou funções.



Representação gráfica:

- Inventário Horizontal;
- Inventário Vertical.

Época de elaboração:

- Inventário Inicial;
- Inventário Periódico;
- Inventário Eventual;
- Inventário Final.

Elaborado o Inventário Geral, torna-se necessário comparar o Ativo com o Passivo para conhecer o valor e natureza do Capital Próprio. Esta comparação constitui o Balanço. Assim, enquanto que o Inventário constitui apenas um arrolamento (listagem) dos valores ativos e passivos, o Balanço, por sua vez leva a cabo a comparação (balanceamento) entre aquelas classes de valores, acrescentando o Capital Próprio. O Balanço constitui o mapa da situação patrimonial da empresa num determinado momento.

II. NOÇÃO DE CONTA

Como já foi referido anteriormente, o património de uma empresa é constituído por um grande e complexo número de elementos de natureza diferente. Esses elementos podem ser mensuráveis, ou seja traduzidos numa unidade de valor comum, possibilitando desta forma a comparação entre si (comensurabilidade). É graças a esta quantificação que o trabalho contabilístico se pode realizar.

A contabilidade, como conjunto de processos de registo, classificação e controle dos factos patrimoniais, tornar-se-ia impraticável se a observação fosse feita elemento a elemento patrimonial.

Daí que consoante a sua natureza ou função que desempenha na empresa, os valores patrimoniais são agrupados em classes com características comuns. Chegamos assim à noção de conta, que podemos definir como um conjunto ou classe de elementos patrimoniais expressos em unidades de valor.



1. A Conta

A conta representa uma classe de elementos patrimoniais, onde é permitido registar as variações sofridas por esses elementos, considerado assim o aspeto evolutivo dos mesmos.

Compreende um conjunto de elementos patrimoniais que apresentam homogeneidade nas suas características.

A conta constitui a base de toda a escrituração, dado que é a partir dela que se desenvolve todo o trabalho contabilístico, pelo que deverá obedecer a determinados requisitos próprios, para que o trabalho seja realizado de acordo com a normalização contabilística.

Em qualquer conta há a considerar:

- **Título:** considerado a denominação própria, é a expressão que designa a conta. Deve ser concebido com tal clareza, que deverá constituir, só por si, o elemento identificador do conteúdo de cada conta, a fim de a distinguir das restantes.
- **Âmbito:** característica, ou características, comum a todos os elementos da conta;
- **Extensão:** a cada elemento patrimonial é-lhe atribuído um determinado valor (atribuído em unidades monetárias) que deve constar na contabilidade, inscrito na respetiva conta.

O título ou a denominação própria é fixo e imutável. Pelo contrário, o valor é a parte variável da conta, na medida que os elementos patrimoniais sofrem alterações no decorrer da atividade da empresa.

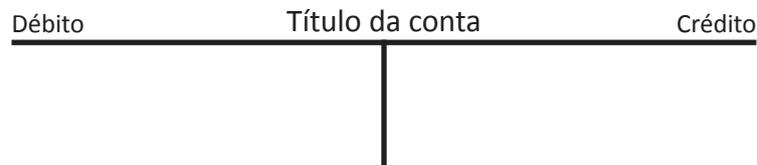
A conta obedece a requisitos próprios:

- **Homogeneidade:** deve conter elementos com a mesma característica;
- **Integridade:** deve incluir todos os elementos que tenham características comuns.
- **Imutabilidade do âmbito:** uma vez estabelecido o âmbito da conta, não se incluem aí elementos que não partilhem do mesmo, sob pena de se estar a estabelecer uma nova classe ou uma classe de valores de outra ordem.

2. Representação gráfica

A cada conta corresponde um dispositivo prático para acompanhar as variações quantitativas. Inscrevendo-se neste quadro a extensão inicial da conta e as variações seguintes, consegue-se saber a todo o momento o valor dos elementos patrimoniais que agrupa.

No aspeto gráfico, a conta normalmente é apresentada em forma de T. Sobre o traço horizontal se indica o título da conta, distinguir-se ainda um lado esquerdo e direito, que representa o débito ou “deve” e o crédito ou “haver”, respetivamente.



Os valores registados no débito (debitar a conta) denominam-se “débitos” e os registados no crédito (creditar a conta) denominam-se “créditos”.

A diferença entre o débito e o crédito duma conta, chama-se “saldo”. Ao balancear uma conta, isto é, ao comparar o seu débito com o seu crédito, podem ocorrer três situações:

- Débito > Crédito - saldo devedor (Sd)
- Débito = Crédito - saldo nulo (So)
- Débito < Crédito - saldo credor (Sc)

O saldo da conta corresponde ao seu valor (extensão) num determinado momento.

3. Classificação e Caracterização das Contas

Uma primeira classificação será por graus de generalidade – desde as contas mais genéricas (contas de síntese) às de menor generalidade (contas elementares).

Como contas de maior generalidade que se podem conceber temos os grupos:

- **Ativo:** compreende todos os elementos patrimoniais ativos, aqueles que apresentam a característica de serem propriedade da empresa. São os bens e os direitos.
- **Passivo:** compreende todos os elementos patrimoniais passivos, aqueles que representam as obrigações pecuniárias que o titular do património terá de satisfazer.
- **Capital Próprio:** compreende todos os elementos abstratos (Capital, Reservas, Resultados) porque traduz a diferença entre o Ativo e o Passivo.
- **Contas de Gastos:** representam diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico e que resultam em diminuições do capital próprio (que não estejam relacionadas com as distribuições aos participantes no capital próprio).
- **Contas de Rendimentos:** representam aumentos nos benefícios económicos durante o período contabilístico e que resultam em aumentos do capital próprio (que não estejam relacionadas com as contribuições dos participantes no capital próprio).

Estes grupos de contas não são utilizados nos registos contabilísticos, efetuando-se os movimentos contabilísticos diretamente nas contas de menor generalidade.

Estas contas, por sua vez são subdivididas em contas de 1º grau, representadas por um número que vai de 1 a 9, colocado à direita do número de cada classe.

As contas de 1º grau são por sua vez também possíveis de subdivisão em contas de 2º grau (representadas por 3 dígitos) e estas, em contas de 3º grau (4 dígitos) e assim sucessivamente.

A subdivisão das contas está diretamente relacionada com a pormenorização da informação que se pretende obter.

Exemplo:

Conta 12 – designa a conta de 1º grau, da classe 1.

Conta 121 – designa a conta de 2º grau, da classe 1.

A contabilidade está organizada por Classes (1 dígito), que são compostas por Contas principais ou de 1º grau (2 dígitos), as quais se subdividem em contas mais pormenorizadas (2 ou mais dígitos).

Exemplo

Classe I – Meios financeiros líquidos

11 CAIXA

12 DEPÓSITOS A ORDEM

13 OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS

14 OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

141 Derivados

1411 Potencialmente favoráveis

1411 Potencialmente desfavoráveis

142 Instrumentos financeiros detidos para negociação

1421 Ativos financeiros

1422 Passivos financeiros

143 Outros ativos e passivos financeiros

1431 Outros ativos financeiros

1431 Outros passivos financeiros

Fonte: SNC



3.1. Caracterização de algumas Contas de Balanço

A caracterização de algumas contas será realizada de acordo com a natureza dos elementos patrimoniais que englobam, ou seja, pelos grupos a que pertencem: Ativo, Passivo e Capital Próprio.

CONTAS DO ATIVO

- **Caixa:** Inclui os meios de pagamento, tais como notas de banco e moedas metálicas de curso legal, cheques e vales postais, nacionais ou estrangeiros.
- **Depósitos à ordem:** Respeita aos meios de pagamento existentes em contas à vista nas instituições de crédito.
- **Cientes:** Regista os movimentos com os compradores de mercadorias, de produtos e de serviços.
- **Cientes - Títulos a receber:** Inclui as dívidas de clientes que estejam representadas por títulos ainda não vencidos.
- **Acionistas (sócios):** Englobam-se nesta conta as operações relativas às relações entre os titulares de capital e as empresas participadas. Esta conta pode surgir no passivo.
- **Outras contas a receber e a pagar:** Respeita a dívidas de terceiros que não estejam abrangidos pelas contas anteriores.

NOTA: Esta conta poderá, igualmente, surgir no passivo se estas entidades forem credoras à empresa.

- **Compras:** Lança-se nesta conta o custo das aquisições de matérias-primas e de bens aprovisionáveis destinados a consumo ou venda.
- **Mercadorias:** Respeita aos bens adquiridos pela empresa com destino a venda, desde que não sejam objeto de trabalho posterior de natureza industrial.
- **Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:**
 - **Matérias-primas:** Bens que se destinam a ser incorporados materialmente nos produtos finais.
 - **Matérias subsidiárias:** Bens necessários à produção que não se incorporam materialmente nos produtos finais.

- **Investimentos financeiros:** Esta conta integra as aplicações financeiras de carácter permanente, quer para rendimento, quer para controlo de outras empresas.
- **Ativos fixos tangíveis:** Integra os imobilizados tangíveis, móveis ou imóveis, que a empresa utiliza na sua atividade operacional, que não se destinem a ser vendidos ou transformados, com carácter de permanência superior a um ano.
 - Terrenos e recursos naturais.
 - Edifícios e outras construções: Respeita aos edifícios fabris, comerciais, administrativos e sociais, compreendendo as instalações fixas que lhes sejam próprias (água, energia elétrica, aquecimento, etc.). Refere-se também a outras construções, tais como muros, silos, parques, albufeiras, canais, estradas, docas, etc..
 - Equipamento básico: Trata-se do conjunto de instrumentos, máquinas, instalações e outros bens, com os quais se realiza a extração, transformação e elaboração dos produtos ou a prestação dos serviços.
 - Equipamento administrativo: Inclui-se sob esta designação o equipamento social e o mobiliário diverso.
- **Ativos intangíveis:** Integra as imobilizadas intangíveis, englobando, nomeadamente, direitos e despesas de constituição, arranque e expansão.

CONTAS DO PASSIVO

- **Fornecedores:** Regista os movimentos com os vendedores de bens e de serviços, com exceção dos destinados ao imobilizado.
- **Fornecedores – Títulos a pagar:** Inclui as dívidas a fornecedores que se encontrem representadas por letras ou outros títulos de crédito.
- **Financiamentos obtidos:** Registam-se nesta conta os empréstimos obtidos.
- **Estado e outros entes públicos:** Nesta conta registam-se as relações com o Estado, autarquias locais e outros entes públicos que tenham características de impostos e taxas (IRC, IRS, IVA, Imposto de Selo, etc.).

NOTA: Esta conta poderá, igualmente, surgir no ativo se estas entidades forem devedoras à empresa.

- **Outras contas a receber e a pagar:** Respeita a dívidas a terceiros que não estejam abrangidos pelas contas anteriores.

NOTA: Esta conta poderá, igualmente, surgir no ativo se estas entidades forem devedoras à empresa.

CONTAS DO CAPITAL PRÓPRIO

- **Capital:** Nas sociedades, esta conta respeita ao capital nominal subscrito.
- **Reservas:** Estas contas são em geral constituídas à base da retenção de lucros, que têm por finalidade consolidar a posição económico-financeira da empresa.
- **Resultados transitados:** Esta conta é utilizada para registar os resultados líquidos provenientes do exercício anterior.

3.2. Caracterização de algumas Contas de Resultados

A caracterização de algumas contas será realizada de acordo com a classe a que pertencem: Gastos e Rendimentos.

CONTAS DE GASTOS

- **Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:** Regista o custo, à saída do armazém dos produtos vendidos ou consumidos.
- **Fornecimentos e Serviços Externos:** Nesta conta registam-se os Subcontratos; Fornecimentos e serviços diversos; Rendas e alugueres; Seguros; Comissões; Honorários; Conservação e reparação; Trabalhos especializados;
- **Gastos com o pessoal:** Nesta conta são registadas as remunerações dos corpos gerentes, os ordenados e salários, o subsídio de férias, 13º mês, encargos sobre remunerações, etc.
- **Gastos de Depreciação e de Amortização:** Esta conta serve para registar a depreciação dos Ativos Fixos tangíveis e dos Ativos Intangíveis.
- **Provisões do período:** Regista, de forma global, no final do período contabilístico, a variação positiva da estimativa dos riscos, que tiver características de custo operacional.
- **Gastos de financiamento:** Regista os juros suportados como financiamentos obtidos e as diferenças de câmbio desfavoráveis relacionadas com a atividade corrente da empresa.

CONTAS DE RENDIMENTOS

- **Vendas:** Regista o valor das vendas aos clientes, relativas a mercadorias e produtos inerentes à atividade corrente da empresa.
- **Prestações de serviços:** Regista aos trabalhos e serviços prestados que sejam próprios dos objetivos ou finalidades principais da empresa.
- **Juros, Dividendos e Outro Rendimentos similares:** Regista os juros obtidos de depósitos ou outras aplicações, dividendos e as diferenças de câmbio favoráveis.



4. Regras de movimentação

Caracterizadas as diferentes contas que possibilitam a compreensão e interpretação da situação patrimonial, e conhecida a sua representação gráfica, resta saber como se proceder á sua movimentação.

A movimentação das contas, depende se estamos perante contas de balanço ou de contas de resultados, havendo regras de movimentação distintas, que a seguir se explicam:

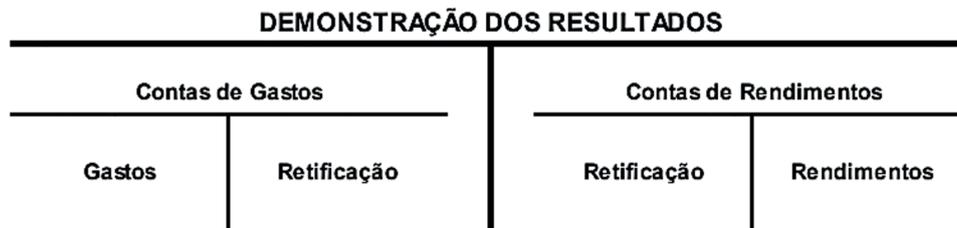
CONTAS DE RENDIMENTOS

- **As contas do ativo:** são debitadas pela extensão inicial e pelos aumentos e creditadas pelas diminuições;
- **As contas do passivo:** são creditadas pela extensão inicial e pelos aumentos e debitadas pelas diminuições.

CONTAS DE RENDIMENTOS

- As contas de custos debitam-se;
- As contas de proveitos creditam-se.

BALANÇO			
Contas do Ativo		Contas do Capital Próprio	
Valor inicial	Diminuições (-)	Diminuições (-)	Valor inicial
Aumentos (+)			Aumentos (+)
		Contas do Passivo	
		Diminuições (-)	Valor inicial
			Aumentos (+)



Os movimentos das contas deverão ser feitos de modo a salvaguardar a representação real do património. Para que tal aconteça, na movimentação das contas, sempre que é feita uma inscrição numa conta, o mesmo deverá ser repetido noutra ou noutras contas de contrapartida, pelo facto patrimonial que motiva o registo.

A dualidade de inscrições nos quadros das contas constitui o que é conhecido por método digráfico, ou simplesmente digrafia. Segundo este método, todo o débito numa conta, origina o crédito noutra ou noutras contas, e vice-versa.

Regras de movimentação das contas, segundo o método das partidas dobradas:

- Um débito ou débitos corresponde sempre a um crédito ou créditos de igual valor;
- A soma dos débitos é sempre igual à soma dos créditos;
- A soma dos saldos devedores é igual à soma dos saldos credores;
- A contabilização de qualquer facto patrimonial obedece sempre, a uma das quatro fórmulas digráficas seguintes:
 - Uma só conta devedora e uma só conta credora
 - Uma só conta devedora e várias contas credoras
 - Uma só conta credora e várias contas devedoras
 - Várias contas devedoras e várias contas credoras

III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

São a principal forma das empresas comunicarem a informação financeira aos interessados.

- **Balço:** posição financeira;
- **Demonstrações dos Resultados:** desempenho empresarial;
- **Demonstração de Fluxos de Caixa:** variação dos meios monetários;
- **Demonstração das Alterações no Capital Próprio:** variação no Capital Próprio da entidade entre duas datas;
- **Anexo:** informação adicional e/ou complementar.

1. Balanço

O Balanço apresenta a posição financeira de uma entidade em determinada data, divulgando, devidamente agrupados e classificados, os Ativos e Passivos (composição do património) e o Capital Próprio (valor do património). É um mapa onde se estabelece a comparação entre o Ativo e o Passivo, numa determinada data, evidenciando o Capital Próprio.

O papel do Balanço consiste essencialmente em dar a conhecer a composição e valor do património, num determinado momento, desde que se verifiquem determinadas condições de estabilidade económica. Quando surgem perturbações de carácter monetário e conjuntural, o Balanço deixa de assegurar eficazmente esta função.

Os Balanços cumprem também funções importantes definidas pela legislação comercial e fiscal, tendo em conta a salvaguarda de interesses de terceiros ou do próprio Estado.

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Capital} \neq \text{próprio}$$

Igualdade geral do Balanço
ou
Equação fundamental da
Contabilidade

MASSAS PATRIMONIAIS:

- **Ativo (A):** conjunto de bens e direitos utilizados pela entidade;
- **Passivo (P):** conjunto de obrigações da entidade perante terceiros.

Nota: O **Capital Próprio (CP)**: é obtido pela diferença entre o Ativo e o Passivo.

Da comparação entre os valores ativos e passivos, poderemos obter as seguintes situações:

Se $A > P \Rightarrow CP > 0$

Se $A = P \Rightarrow CP = 0$

Se $A < P \Rightarrow CP < 0$

CLASSIFICAÇÃO:

No aspeto técnico-contabilístico, o Balanço é uma igualdade entre saldos de conta, resultado da aplicação da técnica digráfica ao tratamento dos factos patrimoniais.

Em termos de **disposição**, o **Balanço** poderá ser apresentado em dispositivo **vertical**, em que o primeiro membro (Ativo) é descrito precedendo o segundo (Capital Próprio e Passivo), ou em dispositivo **horizontal**, em que o primeiro membro (Ativo) é descrito do lado esquerdo e o segundo membro (Capital Próprio e Passivo) do lado direito. O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) preconiza a apresentação do Balanço num dispositivo vertical.

Quanto à **extensão**, o Balanço pode ser apresentado de uma forma **sintética** ou **analítica**, atingindo o grau de sintetização máximo quando apenas der a conhecer o total do Ativo, do Passivo e do Capital Próprio. Entre esta apresentação e a que se obtém pela discriminação separada de cada um dos elementos patrimoniais, como grau máximo da obtenção de um Balanço analítico, existe um sem número de formas de apresentação.

Em termos de periodicidade, o Balanço pode ser:

- **Inicial:** é elaborado no início de cada período económico, normalmente em 1 de janeiro;
- **Intermédio:** é elaborado durante o período económico;
- **Final:** é elaborado no fim de cada período económico, normalmente em 31 de dezembro.

Relativamente às causas de elaboração, podemos obter os seguintes Balanços:

- **Fundação:** é o primeiro Balanço da entidade, mostrando a composição e o valor do património no momento da sua constituição;
- **Gestão:** onde se apura o valor dos resultados do período e da situação patrimonial;
- **Liquidação:** elabora-se quando a entidade entra em liquidação e se dissolve;
- **Partilha:** trata-se do último Balanço de liquidação e é constituído por valores definitivos.

Atendendo à natureza temporal do Balanço, podemos obter a seguinte classificação:

- **Histórico:** reporta-se ao passado, sendo efetuado à posteriori, com base na informação obtida da contabilidade;
- **Previsional:** é elaborado antecipadamente, apresentando valores estimados para a data a que se refere.

O aspeto formal da apresentação do Balanço não está somente relacionado com a sua disposição e extensão, mas também se prende com a classificação das grandezas patrimoniais:

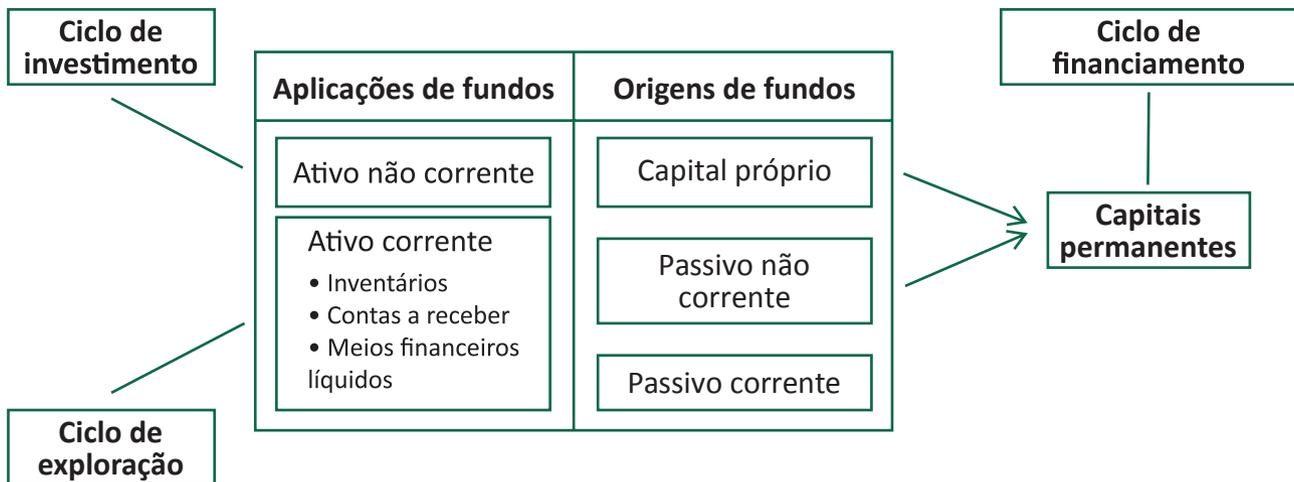
Ativo, Passivo e Capital Próprio. Com efeito, a ordenação das rubricas do Balanço deve obedecer aos seguintes critérios:

- **Ativo:** ativo não corrente e ativo corrente;
- **Passivo:** passivo não corrente e passivo corrente;
- **Capital Próprio:** as contas são ordenadas de acordo com a sua formação histórica.



O FUTURO É HOJE

Sustentabilidade das Empresas Familiares



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

2. Demonstrações dos Resultados

A Demonstração dos Resultados (DR), como elemento de avaliação económica, é o reflexo da atividade desempenhada pela gestão da entidade. Esta demonstração tem por finalidade apurar os resultados, lucros ou prejuízos, obtidos pela entidade em cada período económico, através da comparação entre Rendimentos e Gastos.

A determinação dos resultados de um período económico pode obter-se de duas formas diferentes:

- **Dinamicamente:** reconhecimento contabilístico dos Rendimentos e dos Gastos do período;

$$\text{Resultado} = \text{Rendimentos} - \text{Gastos}$$

- **Estaticamente:** por diferença entre o Capital Próprio do ano N e do ano N-1 (através da análise de Balanços sucessivos).

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:

- **Horizontal:** aparecem descritos no lado esquerdo (1.º membro) os Gastos, bem como o Resultado do Período. Por sua vez, os Rendimentos aparecem do lado direito (2.º membro);
- **Vertical:** aparecem em primeiro lugar os Gastos, seguindo-se-lhes o Resultado do Período e, por último, os Rendimentos. O SNC preconiza um modelo vertical subtrativo na representação da DR, partindo dos Rendimentos aos quais se subtraem os Gastos e o Imposto sobre o Rendimento para se chegar ao Resultado Líquido do Período.

O Resultado Líquido do Período pode ser evidenciado em dois tipos de mapas:

- **DR por naturezas:** apresenta os resultados das operações de uma entidade, durante um determinado período, em que os Gastos e os Rendimentos são classificados atendendo às respetivas naturezas.

- Classificadas as componentes positivas e negativas do resultado face à sua origem, procede-se ao apuramento do Resultado Líquido do Período, o qual é evidenciado na DR por naturezas. Esta demonstração permite ainda a obtenção de diversos tipos de resultado:
 - antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos;
 - operacional (antes de gastos de financiamento e impostos);
 - antes de impostos.
- **DR por funções:** apresenta os resultados das operações de uma entidade, durante um determinado período, em que os diversos Gastos são classificados atendendo à sua função como parte das atividades de produção, de distribuição, administrativas ou de investigação e desenvolvimento. A afetação funcional das componentes negativas do resultado tem, assim, por base a classificação dos Gastos face ao seu destino.

A elaboração da DR por funções surge da necessidade que os gestores têm, para a consecução duma eficiente e eficaz gestão, de informação produzida não só pela Contabilidade Financeira/Geral/Externa, mas também por uma Contabilidade Interna, a Contabilidade Analítica ou Contabilidade de Gestão, possibilitando tomadas de decisão mais adequadas e um controlo de gestão mais realista. Com efeito, é no âmbito da Contabilidade Analítica que se procede à imputação das naturezas às funções, reclassificando por funções os Gastos apresentados na DR por naturezas.

EXEMPLO DE UMA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	
+ Vendas	
+ Prestação de serviços	
+ Subsídios à exploração	
± Variação nos inventários da produção	
+ Trabalhos para a própria entidade	
- Custo das mercadorias vendidas das matérias consumidas	
- Fornecimentos e serviços externos	
- Gastos com o pessoal	
± Imparidades de ativos não depreciables/ amortizáveis	
± Provisões	
± Variações no justo valor	
± Outros rendimentos	
- Outros gastos	
EBITDA	
EBIT	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
	± Gastos / reversões de depreciações e amortizações
	± Perdas/reversões de imparidades de ativos depreciables/amortizáveis
EBT	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)
	+ Juros e rendimentos similares obtidos
	- Juros e gastos similares suportados
	Resultado antes de impostos
	± Imposto sobre o rendimento do período
	Resultado líquido do período

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Destina-se a dar informação sobre a forma como foram gerados (fontes) e utilizados (aplicações) os meios monetários num determinado período de tempo, assim como a sua variação entre o início e o fim daquele período.

É uma demonstração financeira ex-post de fluxos que explícita com detalhe os recebimentos e pagamentos efetuados por uma entidade, em determinado período de tempo.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais podem ser determinados de acordo com 2 métodos:

- Método Direto;
- Método Indireto;

Nota: segundo o SNC, as entidades são obrigadas à elaboração da DFC segundo o Método Direto.

A DFC realizada através do **Método Direto** atende ao fluxo corrente, de entradas e saídas, dos meios monetários, sendo divulgados os principais componentes dos recebimentos e pagamentos de caixa, em termos brutos. Assim, a DFC respeita aos fluxos monetários imediatos de entrada e de saída de uma entidade, em certo período temporal, classificados pelas seguintes atividades:

- Operacionais;
- de Investimento;
- de Financiamento.

1 Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	±x
2 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	±x
3 Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	±x
4 Variação de caixa e seus equivalentes	±x
5 Efeito das diferenças de câmbio	±x
6 Caixa e seus equivalentes no início do período	x
7 Caixa e seus equivalentes no fim do período	x

Atividades Operacionais:

Correspondem às atividades de exploração, as que constituem o objeto das atividades da entidade.

O fluxo das atividades operacionais resulta, por exemplo, dos pagamentos ou recebimentos provenientes das compras de bens e serviços, ou das vendas de bens e das prestações de serviços, respetivamente.

Atividades de Investimento:

Respeitam às entradas e saídas de dinheiro como consequência da aquisição e da alienação de investimentos.

Atividades de Financiamento:

Compreende os fluxos resultantes de alterações na extensão e composição dos financiamentos obtidos e do capital próprio.

Inclui, por exemplo, as entradas de meios monetários decorrentes de financiamentos obtidos ou do reforço do capital da entidade, assim como os pagamentos relativos ao reembolso dos financiamentos obtidos, de juros e de dividendos.

Compreende os fluxos resultantes de alterações na extensão e composição dos financiamentos obtidos e do capital próprio.

- **Microentidades (ME):** n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, ou
- **Pequenas Entidades (PE):** n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

4. Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Com a Demonstração das Alterações no Capital Próprio (DACP) pretende-se mostrar as variações que ocorreram na composição e quantia do capital próprio de uma entidade.

A alteração global do capital próprio representa a quantia total dos rendimentos e gastos, incluindo ganhos e perdas, gerada pelas atividades da entidade durante esse período (quer esses itens de rendimentos e de gastos sejam reconhecidos nos resultados ou diretamente como alterações no capital próprio).

Na DACP também vem expresso o resultado integral (comprehensive income) que resulta da agregação do RLP com todas as variações ocorridas no capital próprio não diretamente relacionadas com os detentores de capital, agindo enquanto tal.

Esta demonstração financeira é de elaboração obrigatória para as entidades que aplicam as NCRF (modelo geral) do SNC, encontrando-se dispensadas as entidades que aplicam a NCRF-PE (Pequenas Entidades) ou a NC-ME (Microentidades).

5. Anexo

A análise apenas dos elementos constantes do Balanço, das Demonstrações dos Resultados, da DFC e da DACP, especialmente segundo os modelos do SNC, não é suficiente para compreender a situação financeira e o desempenho de uma determinada entidade.

É necessária informação adicional, complementar àquelas demonstrações financeiras. Esta nova informação consubstancia uma outra demonstração financeira, o Anexo, o qual assume particular importância no SNC.

A informação disponibilizada pelo Anexo, não só explica as demais demonstrações financeiras, como também inclui toda e qualquer informação que, contabilizada ou não, seja considerada relevante para compreender e analisar a posição financeira e o desempenho da entidade.

O Anexo divide-se em três partes fundamentais:

- Identificação da entidade e do referencial contabilístico adotado
ponto 1 e ponto 2 do Anexo
- Divulgação transitória
ponto 3 do Anexo
- Principais políticas contabilísticas adotadas
4 do Anexo
- Outras divulgações exigidas no Anexo ou por diplomas legais
pontos 5 e seguintes do Anexo

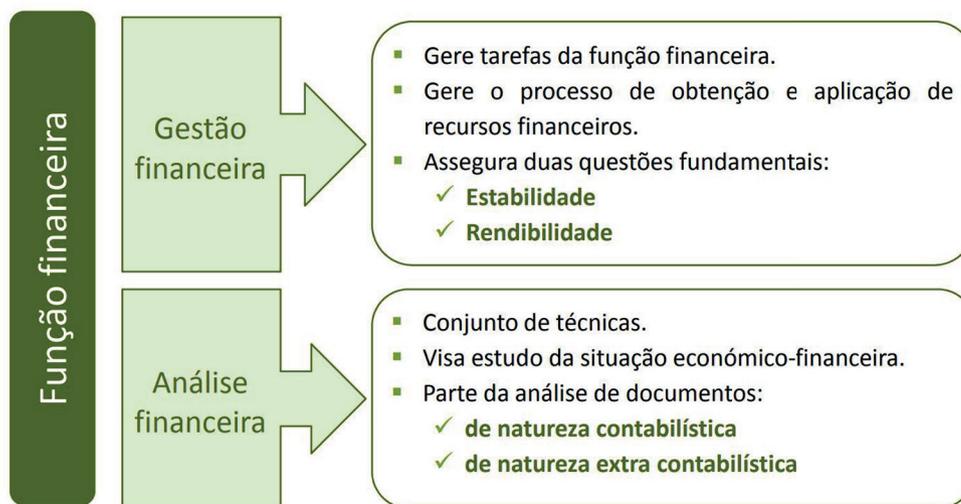
PARTE 2:
GESTÃO E ANÁLISE FINANCEIRA



I. GESTÃO FINANCEIRA

1. A gestão financeira

A função financeira possui duas grandes responsabilidades, efetuar a gestão financeira e a análise financeira da empresa.



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

A gestão financeira é o conjunto de instrumentos e métodos que permitem realizar estudos sobre a situação financeira de uma empresa, assim como efetuar prognósticos sobre o seu desempenho futuro.

A **gestão financeira de médio e longo prazo** é uma gestão estratégica da empresa.

A **gestão financeira de curto prazo** é uma gestão operacional, onde se realiza:

- Controlo de crédito concedido aos clientes;
- Controlo financeiro dos inventários (pagamento das reposições de stock);
- Crédito obtido dos fornecedores.

Resumidamente, podemos dividir a Gestão Financeira da seguinte forma:

GESTÃO FINANCEIRA	Médio e Longo Prazo	Política de: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Investimentos ➤ Financiamentos ➤ Distribuição de resultados
	Curto Prazo (ou Gestão da Tesouraria)	Gestão: <ul style="list-style-type: none"> ➤ do ativo circulante ➤ dos débitos de curto prazo

Para se efetuar a gestão e análise financeira, podemos utilizar diversas fontes de informação, desde as Demonstrações Financeiras (Balanço; Demonstração dos Resultados; Demonstração das Alterações no Capital Próprio; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Anexo), o Relatório de Gestão e recorrer também a outras fontes de informação (financeira e não financeira) tais como:

- Empresas de venda de Informações
- Publicações de Rácios Setoriais
- Relatórios dos Auditores
- Enquadramento Legal e Sectorial



RESUMINDO:

Demonstração financeira	Características
Balanço	Documento financeiro estático
Demonstração dos resultados	Documento económico dinâmico
Demonstração das alterações no capital próprio	Documento financeiro dinâmico
Demonstração dos fluxos de caixa	Documento monetário
Anexo	Contém elementos económicos e financeiros
Relatório de gestão	Documento de prestação de contas (não é uma demonstração financeira)

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

2. Aplicação do Resultado Líquido do Período

A aplicação do RLP, para além de ter de cumprir com a legislação em vigor, tem uma componente estratégica:

- Se é necessário efetuar investimentos, se se pretende aumentar a autonomia financeira da empresa;
- Se se pretende atrair investidores com a distribuição de valores elevados de resultados;
- Etc.

Para a aplicação do Resultado Líquido do Período (RLP) tem de haver deliberação em Assembleia Geral de sócios/acionistas (artigos 33.º, 217.º, 294.º, e outros, do Código das Sociedades Comerciais (CSC)).

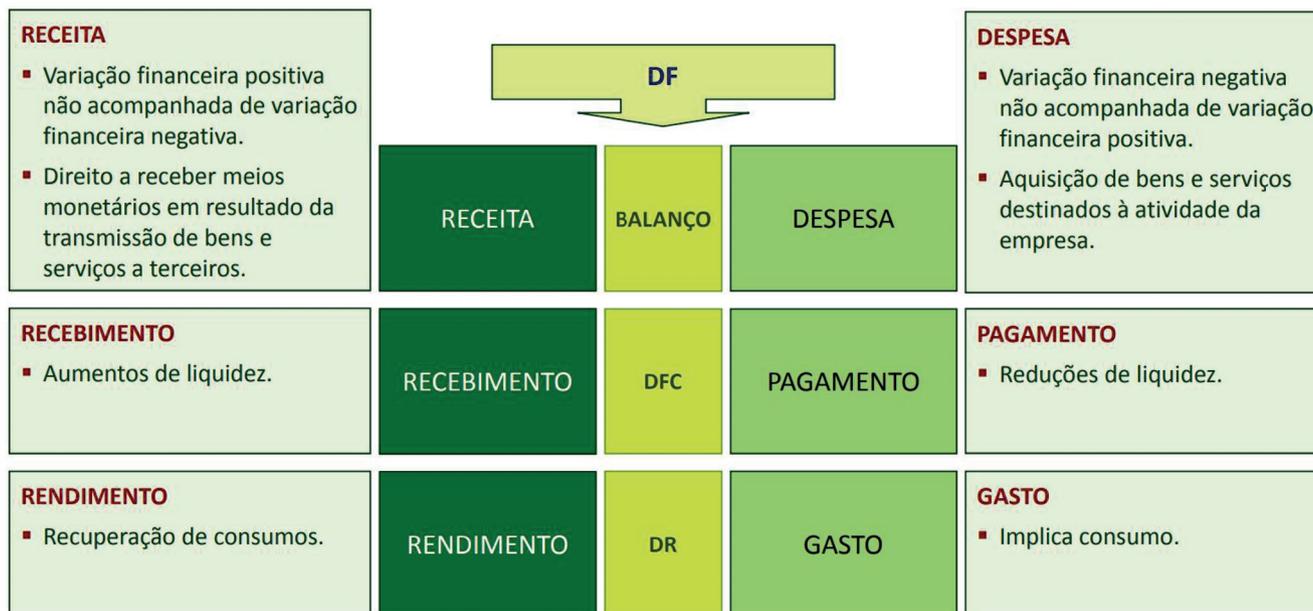
- Se **RLP negativo** (prejuízo) pode ser coberto por:
 - novas entradas dos detentores de capital;
 - reservas ou resultados transitados positivos.
- Se **RLP positivo** (lucro) pode ser:
 - Distribuído: aos detentores do capital e/ou ao pessoal;
 - Retido: constituindo ou reforçando reservas.

II. PRINCIPAIS INSTRUMENTOS BASE DA ANÁLISE FINANCEIRA

Os principais instrumentos base da análise financeira são:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados (DR);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Nesta fase é importante distinguir alguns conceitos essenciais na literacia financeira.



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

1. Balanço



Recordar o que já se abordou anteriormente sobre o **Balanço**

MASSAS PATRIMONIAIS:

<p>ATIVO Todo e qualquer recurso controlado pela empresa em consequência de acontecimentos passados do qual se espera que fluam para a empresa benefícios económicos futuros.</p>	<p>Ativo</p>	<p>Capital próprio</p>	<p>CAPITAL PRÓPRIO Caráter residual. $A = CP + P$</p>
		<p>Passivo</p>	<p>PASSIVO Toda e qualquer obrigação atual de uma empresa em consequência de acontecimentos passados para cujo cumprimento tem de afetar recursos.</p>

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

Desdobrando as massas patrimoniais, obtemos a seguinte configuração:



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

Para efetuar uma Gestão Financeira mais eficaz, é mais fácil designar os diferentes membros do Balanço da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \text{Ativo} &= \text{Aplicação de fundos} \\ \text{Passivo} + \text{CP} &= \text{Origem de fundos} \end{aligned}$$

E não nos podemos esquecer da igualdade do Balanço, pelo que:

$$\text{Aplicação de fundos} = \text{Origem de fundos}$$

Desta forma o Balanço assume a seguinte composição:

Aplicações	Origens
Ativo não corrente	Capital próprio
Ativo corrente	Passivo não corrente
	Passivo corrente

} Capitais Permanentes

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

Desta forma obtemos as seguintes possíveis equações:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Capital próprio}$$

$$\text{Ativo não corrente} + \text{Ativo corrente} = \text{Capital próprio} + \text{Capital alheio}$$

$$\text{Capitais Permanentes} = \text{Capital próprio} + \text{Passivo não corrente}$$

$$\text{Aplicações de fundos} = \text{Origens de fundos}$$

$$\text{Passivo} = \text{Capital alheio}$$

2. Demonstração dos Resultados



Recordar o que já se abordou anteriormente sobre a **DR**

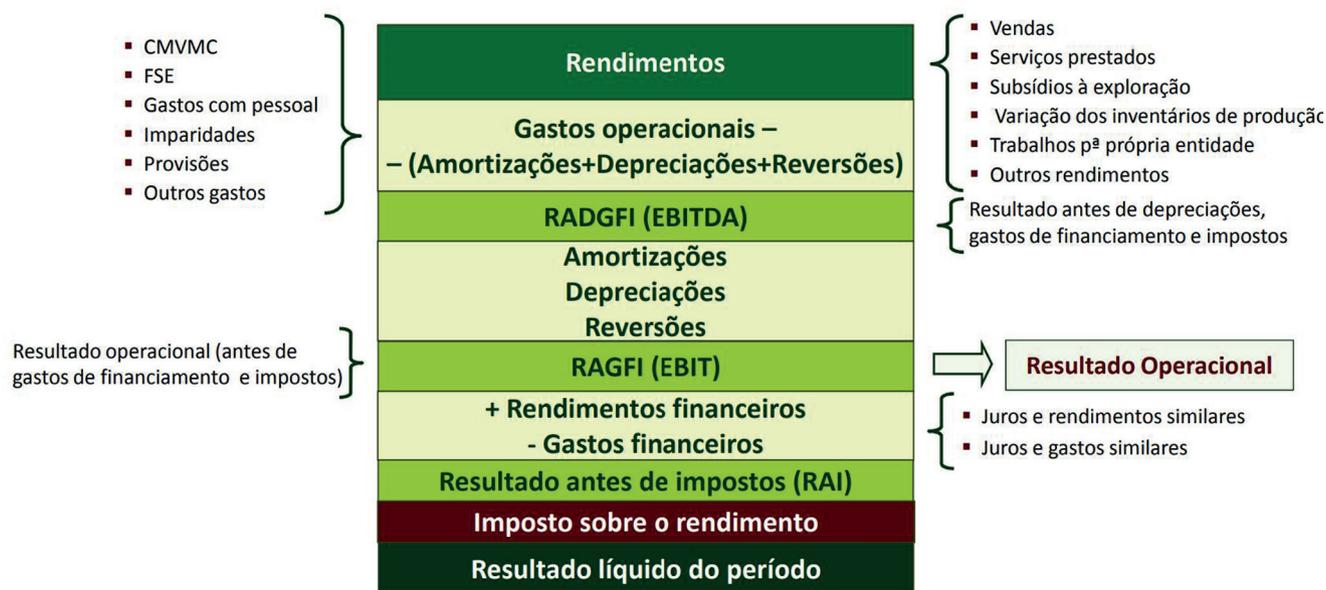
COMPONENTES:

<p>GASTOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Consumos. ▪ Diminuições nos benefícios económicos durante determinado período, sob a forma de saídas ou depreciação de ativos ou aumento de Passivos que resultem em reduções de Capital Próprio (que não distribuição de resultados). 	<p>Gastos</p>	<p>Rendimentos</p>	<p>RENDIMENTOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperações de consumos; ▪ Aumentos em benefícios económicos durante determinado período, sob a forma de entradas, aumentos de ativos ou redução de passivos que resultam em aumentos de Capital Próprio (que não contribuições dos sócios).
<p>RESULTADO</p> <p>Rendimentos - Gastos</p>	<p>Resultado</p>		

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.



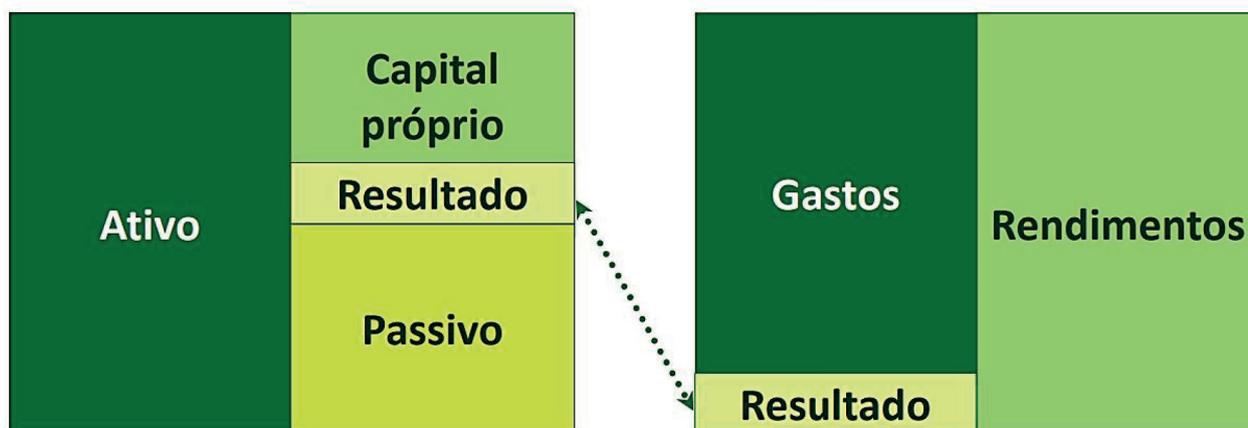
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

3. Comparação do Balanço com a Demonstração dos Resultados

A única conta comum nestas duas Demonstrações Financeiras é o Resultado (que obrigatoriamente tem de ser igual, seja o resultado apurado recorrendo ao Balanço ou à Demonstração dos Resultados).

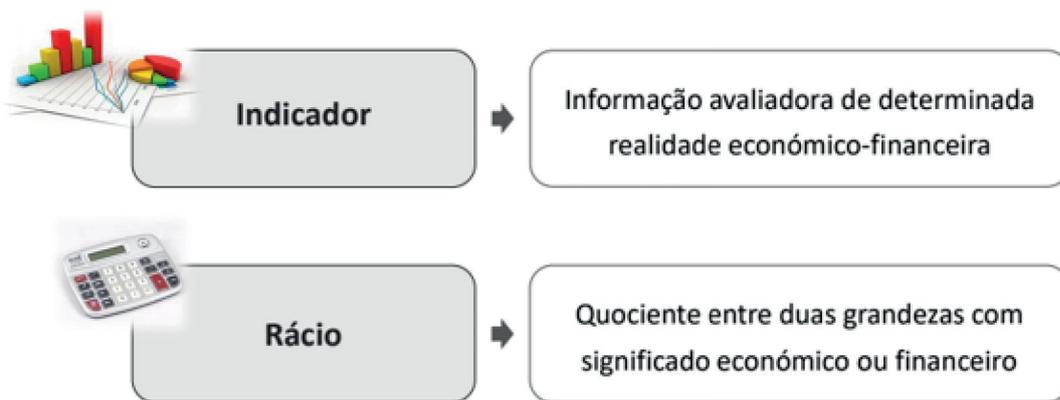


Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

III. MÉTODOS E TÉCNICAS DE ANÁLISE FINANCEIRA

1. Utilização de rácios e indicadores

A utilização de rácios e indicadores deve-se à necessidade de estabelecer relações entre contas do Balanço, da DR e outras grandezas económicas e financeiras.

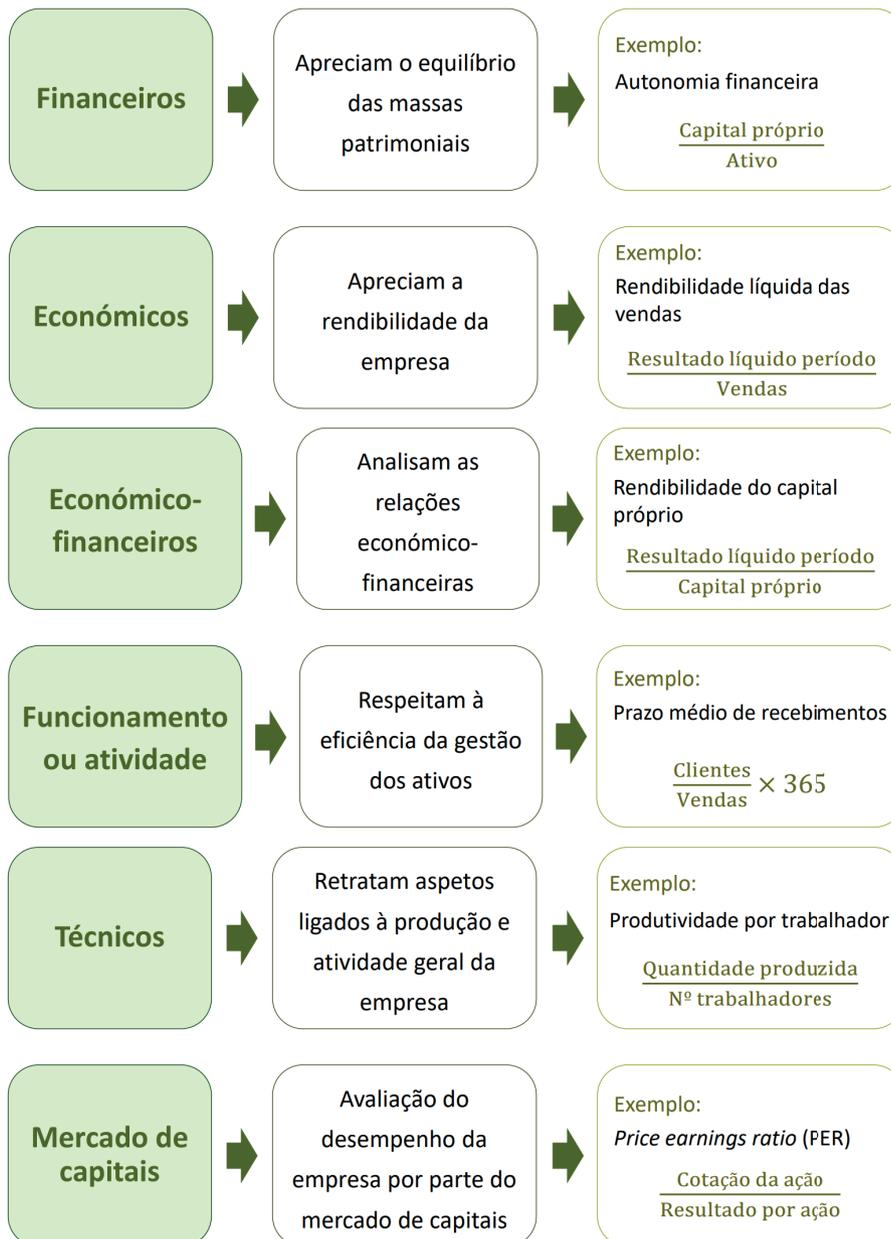


Os rácios a utilizar na análise devem ter por base:

- Os objetivos da análise;
- A especificidade da empresa;
- A experiência do analista.



CLASSIFICAÇÃO DOS RÁCIOS



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

VANTAGEM DA UTILIZAÇÃO DE RÁCIOS

- Práticos;
- Fáceis de construir;
- Permitem obter informações sintéticas sobre elementos de gestão;
- Permitem relacionar vários indicadores interligados;
- Permitem efetuar comparações que não seriam possíveis com valores absolutos, tais como:
 - Comparações intertemporais;
 - Comparações interempresas (Setoriais e Empresas com idênticas características e dimensão).

LIMITAÇÕES DA UTILIZAÇÃO DE RÁCIOS

- Critérios de construção diferenciados;
- Permeabilidade à sazonalidade e aos métodos contabilísticos;
- Expressão quantitativa;
- Necessidade de padrões de comparação;
- Leitura não pode ser efetuada fora do contexto da empresa;
- Um rácio isolado proporciona informação limitada;
- Dois valores idênticos para o mesmo rácio podem não ter o mesmo significado.

LIMITAÇÕES DA UTILIZAÇÃO DE RÁCIOS

A adequada interpretação dos rácios e indicadores exige do analista:

- Conhecimento adequado da organização e das suas tipicidades;
- Considerar que interpretar não é só ler o indicador - será sempre necessário conjugá-lo e relacioná-lo com outros;
- Capacidade de síntese, fundamentação e clareza no diagnóstico.



2. Análise de Demonstrações Financeiras

Análise das DF de um único período

- Valores absolutos
- Valores relativos
- Análise rubrica a rubrica

Comparação de DFs sucessivas

- Valores absolutos
- Valores relativos
- Análise rubrica a rubrica
- Números Índices

Análise estática:

- Análise do desempenho financeiro da empresa a partir do balanço
 - Um balanço ⇒ análise das DF de um único período
 - Balanços sucessivos ⇒ comparação de DFs sucessivas



Análise dinâmica:

- Análise que tem por base a utilização de fluxos
 - DR é um mapa de fluxos mas não considera o impacto financeiro das operações
 - O mapa privilegiado é a DFC



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

IV. EQUILÍBRIO FINANCEIRO

1. Equilíbrio Financeiro de curto prazo

1.1. Óticas de análise do equilíbrio financeiro de curto prazo

A **abordagem tradicional**: é baseada na análise das massas patrimoniais

Principal indicador: Fundo de Maneio (FM)

- Considerar que interpretar não é só ler o indicador - será sempre necessário conjugá-lo e relacioná-lo com outros;
- Capacidade de síntese, fundamentação e clareza no diagnóstico.

A **abordagem Funcional**: é baseada na análise do Balanço Funcional (que é organizado segundo os ciclos financeiros)

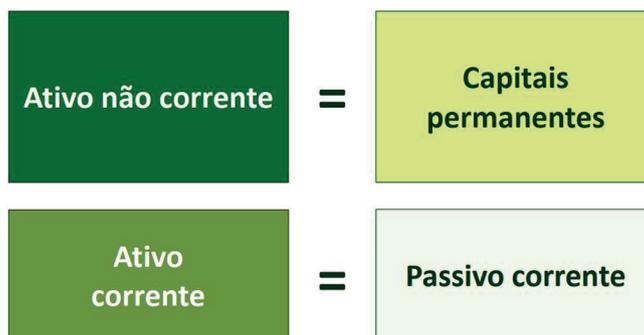
Indicadores: Fundo de Maneio Funcional (FMF);

Necessidades de Fundo de Maneio (NFM);

Tesouraria Líquida (TL).

1.2. Abordagem Tradicional

Regra do equilíbrio financeiro mínimo: Os capitais utilizados pela empresa no financiamento dos seus ativos devem ter uma maturidade igual ou superior à sua vida económica.



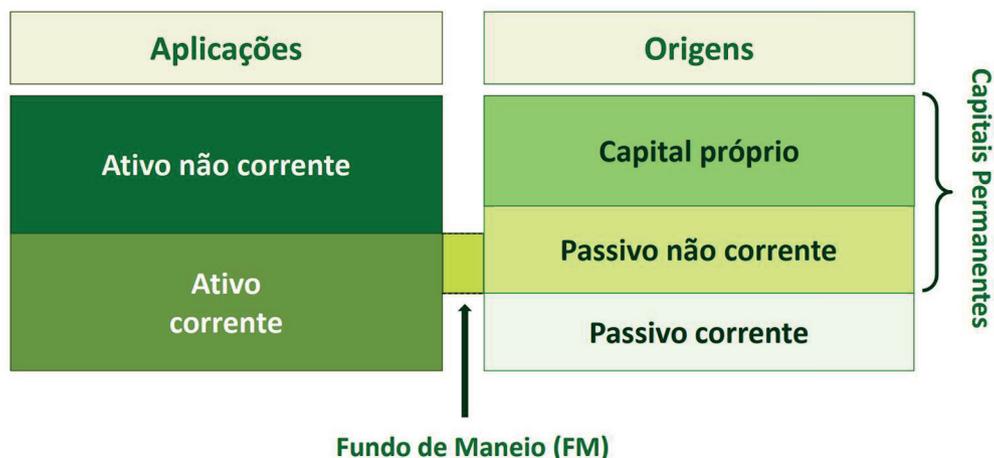
Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças.
ISCAA – UA. Aveiro.

Esta regra é insuficiente porque:

- Em média a liquidez dos ativos correntes é inferior à exigibilidade dos débitos de curto prazo;
- Parte das necessidades de financiamento do ciclo de exploração não podem ser financiadas por recursos originados no mesmo ciclo;
- Há ativos de curto prazo com caráter de permanência.

1.2.1. Fundo de Maneio (FM)

Montante de capitais permanentes em excesso sobre o ativo não corrente que financia os ativos correntes.



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

$$FM = \text{Capitais permanentes} - \text{Ativo não corrente}$$

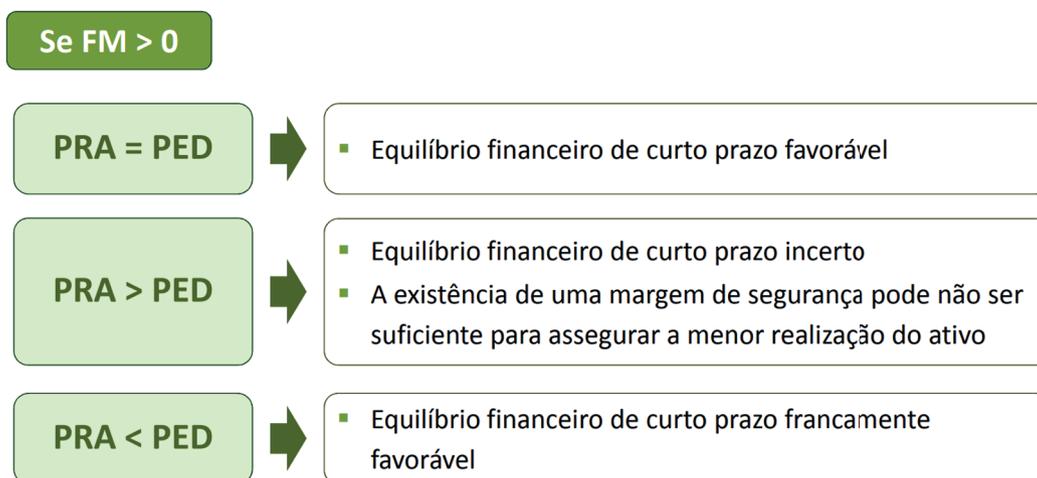
ou

$$FM = \text{Ativo corrente} - \text{Passivo corrente}$$

INSUFICIÊNCIAS DO FUNDO DE MANEIO:

- Indicador estático;
- Dificuldade em definir um valor “ideal”;
- Mostra a posição verificada e não a ideal;
- A existência de $FM < 0$ pode não significar desequilíbrio financeiro.

PRA = prazo de realização dos ativos
PED = Prazo de exigibilidade das dívidas





Se $FM = 0$

PRA = PED



- Equilíbrio financeiro de curto prazo instável
- Problemas de risco

PRA > PED



- Equilíbrio financeiro de curto prazo desfavorável
- Dificuldades para a empresa

PRA < PED



- Equilíbrio financeiro de curto prazo instável
- A maior rotação dos ativos é passível de compensar a falta de reserva de liquidez

Se $FM < 0$

PRA = PED



- Equilíbrio financeiro de curto prazo desfavorável
- Dificuldades para a empresa

PRA > PED



- Equilíbrio financeiro de curto prazo muito desfavorável
- Muitas dificuldades para a empresa

PRA < PED



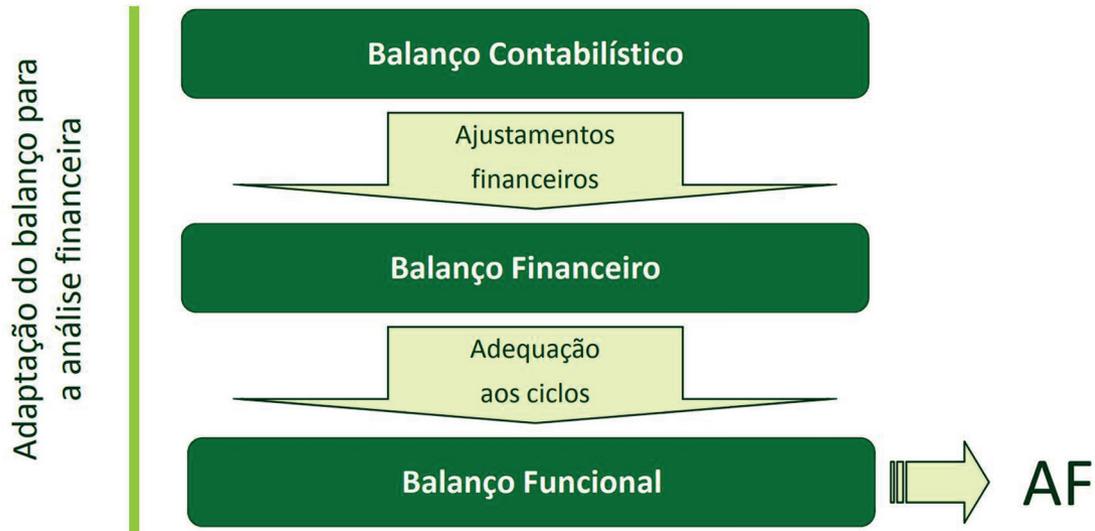
- Equilíbrio financeiro de curto prazo instável
- A maior ou menor sujeição a dificuldades depende do desfasamento entre o PRA e o PED

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.



1.3. Abordagem Funcional

Existem dificuldades na construção do balanço funcional pela necessidade de reclassificação das rubricas do balanço em função do respetivo ciclo financeiro.



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.



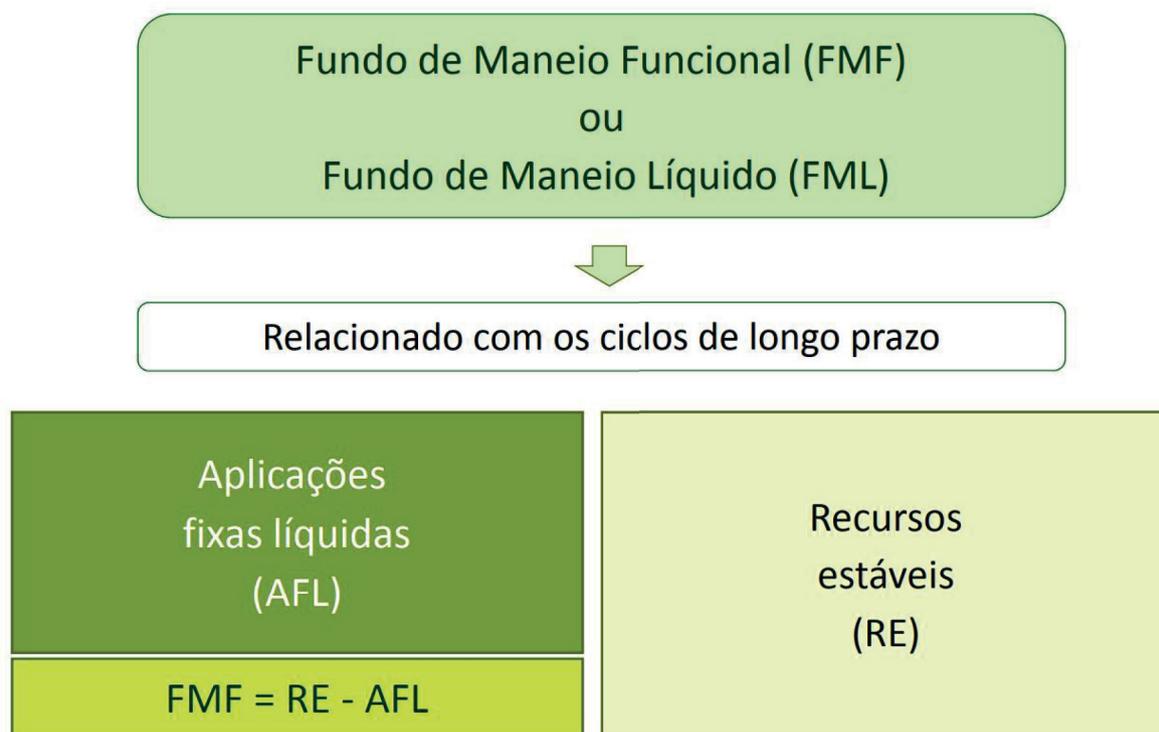
Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

1.3.1. Balanço Funcional

Ciclos financeiros	Aplicações	Origens
Investimento	Aplicações fixas líquidas	Recursos estáveis
Exploração	Necessidades cíclicas	Recursos cíclicos
Operações financeiras	Tesouraria ativa	Tesouraria passiva

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

1.3.2. Fundo de Maneio Funcional (FMF)



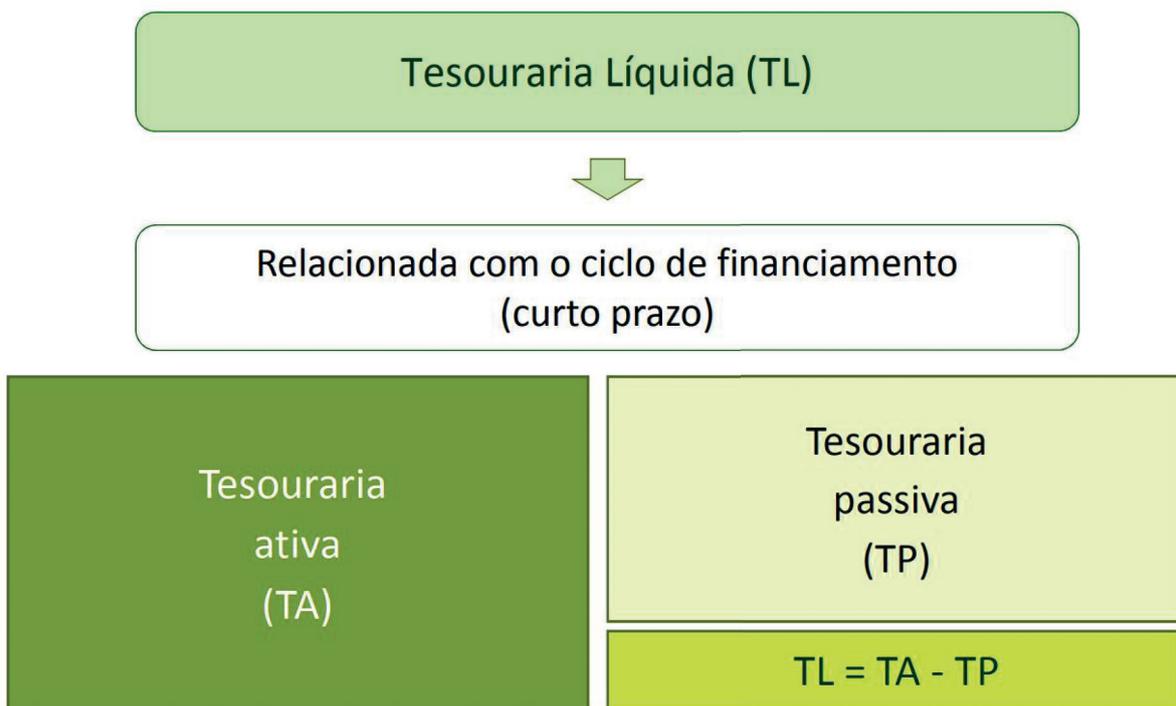
Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

1.3.3. Necessidades de Fundo de Maneio (NFM)



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

1.3.4. Tesouraria Líquida (TL)



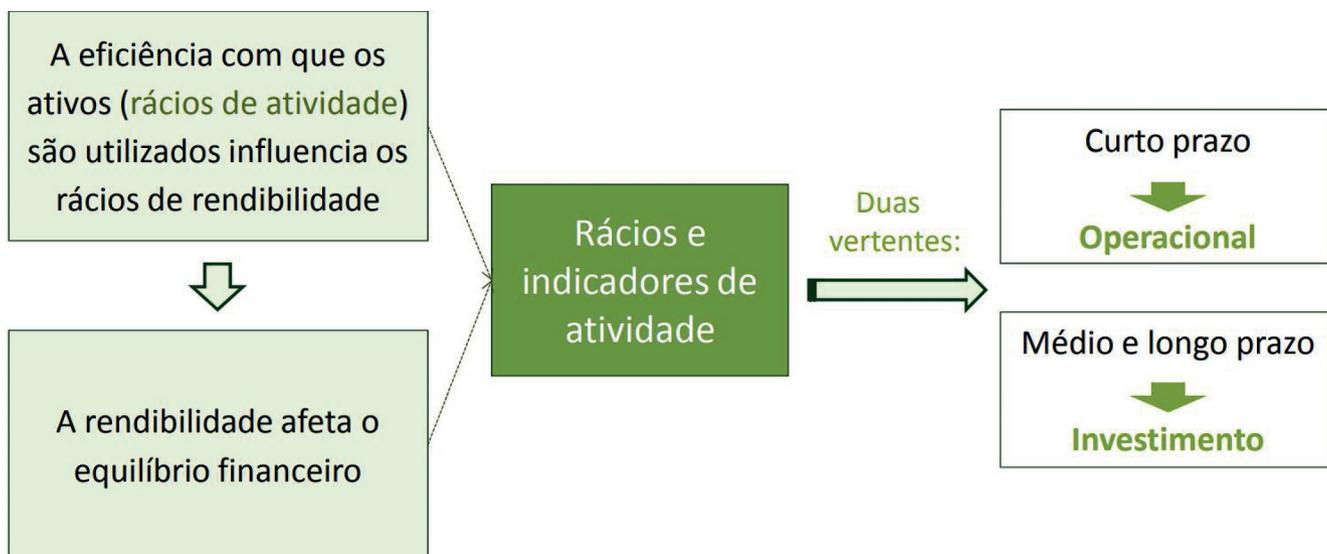
Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

1.3.5. Análises ao Balanço Funcional

SITUAÇÕES	DIAGNÓSTICO	CARATERIZAÇÃO
FMF > 0 NFM > 0 TL > 0	Equilíbrio financeiro com margem de segurança	<ul style="list-style-type: none"> • Pode não significar ausência de dificuldades
FMF > 0 NFM > 0 TL > 0	A empresa financia parte das necessidades cíclicas de exploração com operações de tesouraria	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas de equilíbrio financeiro • Dependência face à banca • Ciclos de exploração tendencialmente longos
FMF > 0 NFM > 0 TL > 0	Situação financeira favorável; Não existem problemas de cumprimento de compromissos	<ul style="list-style-type: none"> • Apenas pode estar em causa uma deficiente gestão financeira
FMF > 0 NFM > 0 TL > 0	Situação financeira delicada (FMF < 0)	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de capitais estáveis • Grande dependência de operações de tesouraria • Risco de incapacidade de solver compromissos
FMF > 0 NFM > 0 TL > 0	Situação passível de proporcionar desafogo financeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Tende a ocorrer em atividades com ciclo de exploração curto
FMF > 0 NFM > 0 TL > 0	Situação de desequilíbrio financeiro com elevado risco	<ul style="list-style-type: none"> • Situação de desequilíbrio financeiro com elevado risco



2. Rácios e indicadores de atividade



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

2.1. Rácios de atividade de Curto Prazo



Rácios de duração

Indicam o tempo necessário à ocorrência de uma rotação de um elemento.

Rácios de rotação



Quantificam a celeridade de transformação em meios líquidos de um elemento:

- Quantas vezes o elemento é reconstituído ao longo do ano;
- Quantas vezes o elemento é recuperado (p.ex. através do VN).

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

2.1.1. Rotação de Inventários

Rotação dos inventários

$$\frac{\text{Custo dos produtos vendidos}}{(\text{Inventários} + \text{Ativos biológicos})_{\text{média do período}}}$$

Significado:

Representa o número de vezes que os inventários são renovados durante o exercício económico.

A ter em consideração:

- Quanto mais elevado, maior a eficiência da gestão, mas...
- ... um valor elevado pode significar ruturas frequentes de *stocks*.
- Atenção: valores médios, expressão.
- Não existe um valor de referência universal.
- Rotação $\text{inv.}_{\text{emp}} > \text{Rotação inv.}_{\text{setor}}$ reflete uma menor permanência dos *stocks* na empresa comparativamente ao setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

2.1.2. Duração média de inventários (DMI)

Duração média de inventários (DMI)

$$\frac{(\text{Inventários} + \text{Ativos biológicos})_{\text{média do período}}}{\text{Custo dos produtos vendidos}} \times 365$$

Significado:

Indica a duração média de cada rotação dos inventários.

A ter em consideração:

- O objetivo é a redução do valor do rácio ao mínimo, mas...
- ... um valor muito baixo pode significar drástica redução de inventários ou venda de *stocks* obsoletos.
- Atenção: valores médios, expressão.
- Não existe um valor de referência universal.
- $DMI_{emp} < DMI_{setor}$ reflete uma menor permanência dos *stocks* na empresa comparativamente ao setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

Este rácio, dependendo do setor de atividade, e deve ser adaptado de acordo com o que se demonstra na imagem seguinte:

Atividade comercial	Atividade industrial	Atividade agrícola
Mercadorias	Matérias primas	Ativos biológicos
$\frac{Inv^{os} \text{ mercad. média período}}{\text{Custo mercad. vendidas}} \times 365$	$\frac{Inv^{os} \text{ mp média período}}{\text{Matérias consumidas}} \times 365$	$\frac{A. \text{ biológicos média período}}{\text{Custo imputado à produção}} \times 365$
	Produtos em curso	
	$\frac{Inv^{os} \text{ p. curso média período}}{\text{Custos prod. x \% acab}^{to}} \times 365$	
	Produtos acabados	
	$\frac{Inv^{os} \text{ p. acab. média período}}{\text{Custo das vendas}} \times 365$	

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

2.1.3. Prazo médio de recebimentos (PMR)

Prazo médio de recebimentos (PMR)

$$\frac{\text{Saldo de clientes}_{\text{média do período}}}{\text{Volume de negócios} \times (1 + \text{tx. IVA})}$$

Significado:

- Representa o tempo médio que os clientes demoram a liquidar as suas dívidas.
- Mede a eficiência da política de crédito concedido.

A ter em consideração:

- Um valor elevado é financeiramente desaconselhado e pode significar:
 - ✓ Fraco poder negocial
 - ✓ Incompetência do setor de cobranças
- Atenção: IVA, adiantamentos, valores médios, expressão.
- Não existe um valor de referência universal.
- Se $PMR_{emp} > PMR_{setor}$ a empresa deve rever as condições comerciais com os clientes ou exercer maior pressão de cobrança sobre os mesmos.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

2.1.4. Prazo médio de pagamentos (PMP)

Prazo médio de pagamentos (PMP)

$$\frac{\text{Saldo de fornecedores}_{\text{média do período}}}{\text{Compras} \times (1 + \text{tx. IVA})}$$

Significado:

Representa o tempo médio que a empresa demora a liquidar as suas dívidas.

A ter em consideração:

- Um valor baixo pode significar fraco poder negocial ou menor grau de financiamento dos fornecedores de exploração, mas...
- ... um valor elevado pode significar dificuldades em satisfazer obrigações.
- Atenção: IVA, FSE, adiantamentos, valores médios, expressão.
- Não existe um valor de ref^a universal.
- Se $PMP_{emp} > PMP_{setor}$ a empresa deve procurar renegociar as suas condições de pagamento.
- Se $PMP_{verificado} > PMP_{negociado}$ a empresa pode ter problemas de liquidez para cumprir prazos (ou maior poder negocial).

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

2.2. Rácios de atividade de Médio e Longo Prazo

2.2.1. Rotação do ativo total (RAT)

Rotação do ativo total (RAT)

$$\frac{\text{Volume de negócios}}{\text{Ativo total}_{\text{média do período}}}$$

Significado:

Mede o nível de vendas gerado pelo investimento realizado pela empresa (aplicações de fundos).

A ter em consideração:

- Representa o nº de u.m. vendidas por cada u.m. investida pela empresa.
- Quanto mais elevado melhor.
- Atenção: valores médios.
- Não existe um valor de referência universal.
- $RAT_{emp} > RAT_{setor}$ reflete uma maior recuperação dos capitais investidos por via das atividades de exploração comparativamente ao setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

2.2.2. Rotação do capital próprio (RCP)

Rotação do capital próprio (RCP)

$$\frac{\text{Volume de negócios}}{\text{Capital próprio}_{\text{média do período}}}$$

Significado:

Mede o nível de vendas gerado pelo investimento realizado na empresa pelos seus sócios ou acionistas.

A ter em consideração:

- Representa o nº de u.m. vendidas por cada u.m. investida na empresa pelos sócios ou acionistas.
- Quanto mais elevado melhor.
- Atenção: valores médios.
- Não existe um valor de referência universal.
- $RCP_{emp} > RCP_{setor}$ reflete uma maior recuperação dos capitais investidos pelos seus sócios ou acionistas comparativamente ao setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

3. Rácios e indicadores de liquidez

A análise da liquidez tem como objetivo avaliar a capacidade das empresas fazerem face aos seus compromissos correntes.

Recursos gerados no ciclo de exploração



Pagar compromissos



A renovação dos recursos depende da capacidade de gerar meios financeiros líquidos.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

3.1. Análise de liquidez

3.1.1. Duração do ciclo operacional (DCO)

Duração do ciclo operacional (DCO)

$$\begin{aligned} & \text{Duração média de inventários (DMI)} \\ + & \text{ Prazo médio de recebimentos (PMR)} \\ \hline = & \text{ Duração do ciclo operacional (DCO)} \end{aligned}$$

Significado:

Mede o número de dias necessários até que os inventários se vendam e convertam em meios monetários.

A ter em consideração:

- Representa a duração do ciclo de exploração.
- Deseja-se que seja o mais baixo possível dentro dos condicionalismos da atividade desenvolvida pela empresa.
- Não existe um valor de ref^a universal.
- $DCO_{emp} > DCO_{setor}$ reflete um menor desempenho do ciclo operacional da empresa face à média das empresas do setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

3.1.2. Duração do ciclo financeiro (DCF)

Duração do ciclo financeiro (DCF)

$$\begin{aligned} & \text{Duração do ciclo operacional (DCO)} \\ & - \text{Prazo médio de pagamentos (PMP)} \\ \hline & = \text{Duração do ciclo financeiro (DCF)} \end{aligned}$$

Significado:

- Mede o nº de dias em que os meios monetários estão imobilizados pelo ciclo operacional.
- Relacionado com as NFM.

A ter em consideração:

- Representa o período de tempo durante qual a empresa tem de encontrar formas de cobrir as necessidades cíclicas com recursos extraexploração.
- Operar sem crédito significa $DCF=DCO$.
- Mais elevado nas empresas industriais.
- Não existe um valor de refª universal.
- $DCF_{emp} > DCF_{setor}$ reflete um menor desempenho do ciclo financeiro da empresa face à média das empresas do setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

3.1.3. Liquidez geral (LG)

Liquidez geral (LG)

$$\frac{\text{Ativo corrente}}{\text{Passivo corrente}} = \frac{NC + TA}{RC + TP}$$

Significado:

- Aprecia o equilíbrio entre os recursos e as obrigações de curto prazo.
- Avalia a aptidão da empresa para fazer face aos seus compromissos de curto prazo.
- Relacionado com o FMF e sensível ao setor de atividade.

A ter em consideração:

- $LG > 1 \Rightarrow FMF > 0$
- $LG < 1 \Rightarrow FMF < 0$
- $LG = 1 \Rightarrow FMF = 0$ (Regra de ouro)
- Intervalo de valores de referência: [1,3; 1,5].
- $LG_{emp} > LG_{setor}$ reflete um melhor desempenho da empresa face à média do setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

3.1.4. Liquidez reduzida (LR)

Liquidez reduzida (LR)

$$\frac{\text{Ativo corrente} - (\text{Inventários} + \text{Ativos biol.})}{\text{Passivo corrente}}$$

Significado:

- Liquidez ajustada dos inventários, que constituem contas com um menor grau de liquidez dentro do ciclo de exploração.
- Avalia o peso dos inventários na liquidez, por comparação com a LG.
- Sensível ao setor de atividade.

A ter em consideração:

- Por vezes utilizado na avaliação da liquidez em detrimento da LG.
- Admite a existência de dificuldades na transformação imediata dos inventários em dinheiro (essa transformação pode ocorrer abaixo do custo de inventário).
- Atenção: outros ativos com grau de liquidez incerta.
- Intervalo de valores de referência: [0,9; 1,1].
- $LR_{emp} > LR_{setor}$ reflete um melhor desempenho da empresa face à média do setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

3.1.5. Liquidez imediata (LI)

Liquidez imediata (LI)

$$\frac{\text{Meios financeiros líquidos (MFL)}}{\text{Passivo corrente}}$$

Significado:

Reflete o valor imediatamente disponível para fazer face ao passivo corrente.

A ter em consideração:

- Representa o grau de cobertura dos passivos de curto prazo por meios financeiros líquidos.
- Um valor elevado pode significar:
 - ✓ Excesso de FMF;
 - ✓ Diminuição da atividade;
 - ✓ Insuficiente renovação de inv^{tos}.
- $LI_{emp} > LI_{setor}$ reflete um melhor desempenho da empresa face à média do setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

3.2. Limitações dos rácios de liquidez

Algumas limitações dos rácios de liquidez, são:

- Não pressupõem a continuidade da empresa;
- Não consideram a capacidade suplementar de endividamento da empresa;
- São influenciados pelas variáveis contabilísticas que se encontram na base do seu cálculo.

3.3. Como melhorar a liquidez sem investir mais dinheiro na empresa

Aumentar a rotação dos inventários

e/ou

Diminuir o prazo médio de recebimentos

e/ou

Aumentar o prazo médio de pagamentos

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

4. Equilíbrio Financeiro de médio e longo prazo

4.1. A análise do equilíbrio Financeiro de médio e longo prazo

A análise de solvabilidade tem como objetivo avaliar a capacidade das empresas de resolverem os seus compromissos de médio e longo prazo (MLP).

Esta análise depende essencialmente:

- do grau de financiamento do ativo por capital próprio;
- da capacidade da empresa para gerar lucros.

Analisar o equilíbrio financeiro de MLP e a estrutura de capitais é essencial para avaliar o risco de longo prazo e analisar perspectivas de rentabilidade.

4.1.1. Rácio de estrutura (RDE)

Rácio de estrutura (RDE)
(*Debt-to-equity*)

$$\frac{\text{Passivo não corrente}}{\text{Capital próprio}}$$

Significado:

- Aprecia o equilíbrio das massas patrimoniais constituintes dos recursos estáveis.
- Avalia o elemento predominante dos RE: capital próprio ou passivo não corrente.

A ter em consideração:

- $RDE = 1 \Rightarrow$ situação em que os recursos estáveis são constituídos por 50% capital próprio e 50% passivo não corrente.
- $RDE > 1 \Rightarrow$ situação em que predomina o passivo não corrente.
- $RDE < 1 \Rightarrow$ situação em que predomina o capital próprio.
- $RDE_{emp} > RDE_{setor}$ reflete uma estrutura de capitais menos conservadora que o setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

4.1.2. Rácio de estabilidade do financiamento (REF)

Rácio de estabilidade do financiamento (REF)

$$\frac{\text{Recursos estáveis}}{\text{Capital total}}$$

Significado:

- Avalia em que medida os recursos estáveis financiam o investimento.
- Afere a estabilidade e constância do financiamento.

A ter em consideração:

- $REF = 1 \Rightarrow$ situação em que o investimento é totalmente financiado por recursos estáveis.
- Não existe um valor de referência universal.
- $REF_{emp} > REF_{setor}$ reflete um financiamento da empresa mais alicerçado no MLP que a média das empresas do setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

4.1.3. Rácio de estrutura do passivo (REP)

Rácio de estrutura do passivo (REP)

$$\frac{\text{Passivo corrente}}{\text{Passivo não corrente}}$$

Significado:

- Avalia o elemento predominante do passivo: custo prazo ou m/l prazo.
- Permite medir a temporalidade do endividamento.

A ter em consideração:

- $REP = 1 \Rightarrow$ situação em que o passivo é constituído por 50% passivo corrente e 50% passivo não corrente.
- $REP > 1 \Rightarrow$ situação em que predomina o passivo corrente.
- $REP < 1 \Rightarrow$ situação em que predomina o passivo não corrente.
- Não existe um valor de referência universal.
- $REP_{emp} > REP_{setor}$ reflete uma estrutura de capitais menos conservadora que o setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

4.1.4. Rácio de cobertura das AFL por recursos estáveis (RCAFLRE)

Rácio de cobertura das AFL por recursos estáveis (RCAFLRE)

$$\frac{\text{Recursos estáveis}}{\text{AFL}}$$

Significado:

- Aprecia o grau de financiamento das AFL pelos recursos estáveis.
- Avalia a aptidão da empresa para fazer face aos seus compromissos de MLP.

A ter em consideração:

- Determina se a empresa está a financiar as AFL recorrendo a recurso estáveis.
- $\text{RCAFLRE} > 1 \Rightarrow \text{FMF} > 0$.
- $\text{RCAFLRE} < 1 \Rightarrow \text{FMF} < 0$.
- $\text{RCAFLRE} = 1 \Rightarrow \text{FMF} = 0$.
- $\text{RCAFLRE}_{\text{emp}} > \text{RCAFLRE}_{\text{setor}}$ reflete um melhor desempenho da empresa face à media do setor em termos de equilíbrio financeiro de MLP.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

4.1.5. Rácio de cobertura das AFL por capital próprio (RCAFLCP)

Rácio de cobertura das AFL por capital próprio (RCAFLCP)

$$\frac{\text{Capital próprio}}{\text{AFL}}$$

Significado:

Aprecia o grau de financiamento das AFL pelo capital próprio.

A ter em consideração:

- Mede o grau de financiamento das AFL por capital próprio.
- Complementa o RCAFLRE.
- Um valor para $\text{RCAFLCP} > 1$ é, por norma, exagerado.
- $\text{RCAFLCP}_{\text{emp}} > \text{RCAFLCP}_{\text{setor}}$ reflete um melhor desempenho da empresa face à media do setor em termos de equilíbrio financeiro de MLP.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

4.1.6. Rácio de autonomia financeira (RAF)

Rácio de autonomia financeira (RAF)

$$\frac{\text{Capital próprio}}{\text{Ativo total}}$$

Significado:

- Determina a (in)dependência da empresa face a capitais alheios.
- Apoia a análise do risco sobre a estrutura financeira de uma empresa.

A ter em consideração:

- A autonomia financeira varia entre 0 e 1 (100%), pois o capital próprio não pode ser superior ao ativo.
- Quanto mais elevado for o nível do capital próprio, maior o nível de autonomia da empresa face a terceiros.
- Excesso de capital próprio pode prejudicar a rentabilidade financeira.
- Considera-se aceitável um $RAF \geq 33\%$.
- Se $RAF = 100\%$ não existe efeito de alavanca.
- $RAF_{emp} > RAF_{setor}$ reflete uma estrutura de capitais mais conservadora que a média do setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

4.1.7. Rácio de endividamento (RE)

Rácio de endividamento (RE)

$$\frac{\text{Passivo}}{\text{Capital total}}$$

Significado:

- Determina a dependência da empresa face a capitais alheios.
- Apoia a análise do risco sobre a estrutura financeira de uma empresa.

A ter em consideração:

- O endividamento varia entre 0 e 1 (100%).
- Quanto mais elevado for o nível do passivo, menor o nível de autonomia da empresa face a terceiros.
- Excesso de capitais alheios pode por em causa a sustentabilidade dos encargos financeiros.
- Considera-se aceitável que $0,5 < RE < 0,66$.
- Se $RE = 1 \Rightarrow \text{Capital próprio} = 0$.
- $RE_{emp} > RE_{setor}$ reflete uma estrutura de capitais menos conservadora que a média do setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

4.1.8. Rácio de estrutura do endividamento (REE)

Rácio de estrutura do endividamento (REE)

$$\frac{\text{Passivo corrente}}{\text{Passivo}}$$

Significado:

- Avalia a estrutura temporal dos capitais alheios.
- Averigua se a carga do endividamento da empresa incide no curto prazo ou no m/l prazo.

A ter em consideração:

- No limite pode apresentar um valor de 1 (100%).
- Quanto maior o seu valor maior é o peso do passivo corrente no endividamento.
- Não deverá apresentar valores superiores a 0,5 (50%).
- Se $REE = 1 \Rightarrow$ os capitais alheios são todos de curto prazo.
- $REE_{emp} > REE_{setor}$ reflete uma estrutura de capitais alheios que privilegia mais o endividamento de curto prazo comparativamente à média do setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

4.1.9. Rácio de solvabilidade (RS)

Rácio de solvabilidade (RS)

$$\frac{\text{Capital próprio}}{\text{Passivo}}$$

Significado:

- Avalia o grau de cobertura do passivo por capital próprio.
- Determina a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos de MLP.
- Reflete o risco dos credores.

A ter em consideração:

- $RS < 1$ reflete um risco elevado para os credores da empresa.
- $RS > 1$ representa uma situação em que a empresa detém capital próprio suficiente para assegurar a cobertura da totalidade dos créditos.
- Por prudência, RS deve ser ≥ 1 .
- Não é aconselhável que $RS < 0,5$.
- $RS_{emp} > RS_{setor}$ reflete uma estrutura de capitais menos arriscada que a média do setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

4.1.10. Rácio de gastos de financiamento (RGF)

Rácio de gastos de financiamento (RGF)

$$\frac{\text{Gastos de financiamento}}{\text{Volume de negócios}}$$

Significado:

Avalia o volume global de gastos de financiamento face ao volume de negócios.

A ter em consideração:

- É desejável que o RGF seja relativamente baixo.
- Quanto maior o RGF menor a propensão da empresa para futuro endividamento.
- É aconselhável um valor de RGF < 4%.
- RGF > 5% ⇒ sinal de alerta!
- $RGF_{emp} > RGF_{setor}$ reflete uma situação mais débil no suporte aos gastos de financiamento comparativamente à média do setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

4.2. Como melhorar a situação de equilíbrio financeiro de MLP da empresa

Converter bens não essenciais em meios monetários

Consolidar créditos e transferir créditos de curto prazo para m/l prazo.

Conseguir novos capitais de entidades que estejam interessadas na continuidade da empresa

Procurar otimizar a gestão e a exploração da empresa

Renegociar taxas de juro

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

5. Rendibilidade

A rendibilidade é a aptidão da empresa para gerar lucros.

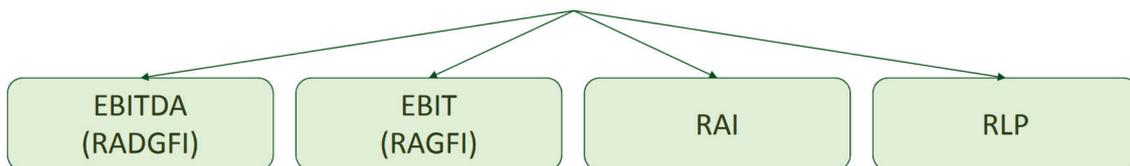
Para que isto aconteça é necessário que os rendimentos sejam superiores aos gastos.

Recordar o que já se abordou sobre a **DR por Natureza**



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

Quais os tipos de resultados que interessam?



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.



EBITDA (RADGFI)

Significado:

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) espelha o RO antes de considerados os gastos/reversões de depreciação e amortização, bem como as imparidades de investimentos.

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Subsídios à exploração		+	+
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		+ / -	+ / -
Variação nos inventários da produção		+ / -	+ / -
Trabalhos para a própria entidade		+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		-	-
Gastos com o pessoal		-	-
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		- / +	- / +
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- / +	- / +
Provisões (aumentos/reduções)		- / +	- / +
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		- / +	- / +
Aumentos/reduções de justo valor		+ / -	+ / -
Outros rendimentos		+	+
Outros gastos		-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		- / +	- / +
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		- / +	- / +
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	=
Juros e rendimentos similares obtidos		+	+
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		- / +	- / +
Resultado líquido do período		=	=

EBITDA

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.



EBIT (RAGFI)

Significado:

O EBIT (*Earnings Before Interest and Taxes*), ou Resultado Operacional, reflete o resultado antes das funções financeira e fiscal, podendo ser extraído diretamente da Demonstração dos Resultados por naturezas.

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Subsídios à exploração		+	+
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		+ / -	+ / -
Variação nos inventários da produção		+ / -	+ / -
Trabalhos para a própria entidade		+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		-	-
Castos com o pessoal		-	-
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		- / +	- / +
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- / +	- / +
Provisões (aumentos/reduções)		- / +	- / +
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		- / +	- / +
Aumentos/reduções de justo valor		+ / -	+ / -
Outros rendimentos		+	+
Outros gastos		-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	=
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		- / +	- / +
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		- / +	- / +
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			
Juros e rendimentos similares obtidos		+	+
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		- / +	- / +
Resultado líquido do período		=	=

EBIT

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.



5.1. Rácios e indicadores de Rendibilidade

5.1.1. Custo líquido do financiamento (CLF)

Custo líquido do financiamento (CLF)

Significado:

- Representa o custo que uma entidade suporta com os financiamentos obtidos, deduzido de juros, dividendos e outros rendimentos similares.
- Traduz o peso da função financeira na conta de resultados da entidade.

Gastos de financiamento

- Rendimentos financeiros

= Custo líquido do financiamento (CLF)

A ter em consideração:

- Componentes do resultado de natureza financeira.
- Diferença entre RAI e EBIT.
- Excluir:
 - ✓ comissões e serviços bancários (consideradas FSE)
 - ✓ descontos p.p. obtidos e concedidos (integram RO)
 - ✓ diferenças cambiais (integram RO)

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

5.1.2. Valor acrescentado bruto (VAB)

Valor acrescentado bruto (VAB)

Significado:

- Traduz a riqueza criada pela entidade no decurso do exercício económico.
- Representa o resultado da atividade produtiva no período em análise.

Vendas e serviços prestados

+ Subsídios à exploração

+/- Variação nos inventários de produção

+ Trabalhos para a própria entidade

- Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas

- Fornecimentos e serviços externos

= Valor acrescentado bruto (VAB)

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

5.1.3. Rendibilidade das vendas

Rendibilidade operacional das vendas (ROV)

$$\frac{\text{Resultado operacional}}{\text{Volume de negócios}} \times 100$$

Significado:

- Avalia o retorno em termos de resultado operacional obtido, por intermédio do VN realizado.
- Quanto maior o valor do indicador, maior a propensão para o negócio gerar resultados operacionais.

A ter em consideração:

- Reflete o ganho obtido em termos operacionais por cada u.m. de VN.
- A ROV deve ser o mais elevada possível.
- Atenção: algumas rubricas do RO, expressão.
- Não existe um valor de refª universal.
- $ROV_{emp} > ROV_{setor}$ reflete uma melhor capacidade da empresa pª gerar RO que a média das empresas dos setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

Rendibilidade líquida das vendas (RLV)

$$\frac{\text{Resultado líquido do período}}{\text{Volume de negócios}} \times 100$$

Significado:

- Avalia o retorno em termos de resultado líquido obtido, por intermédio do VN realizado.
- Útil para relacionar com a ROV.
- Quanto maior o seu valor, maior a propensão para o negócio gerar resultados líquidos.

A ter em consideração:

- Reflete o ganho obtido em termos líquidos por cada u.m. de VN.
- A RLV deve ser o mais elevada possível.
- Atenção: expressão.
- Não existe um valor de refª universal.
- $RLV_{emp} > RLV_{setor}$ reflete uma melhor capacidade da empresa pª gerar resultados líquidos que a média das empresas dos setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

Fazendo o desdobramento do rácio da rentabilidade líquida das vendas (RLV), obtemos:

$$\frac{\text{Resultado líquido do período}}{\text{Volume de negócios}} = \frac{(\text{PV}_{\text{médio}} \times \text{Qt. vendida}) - \text{Gastos}}{\text{PV}_{\text{médio}} \times \text{Qt. vendida}} = 1 - \frac{\text{Gastos}}{\text{PV}_{\text{médio}} \times \text{Qt. vendida}}$$

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

A rentabilidade das vendas pode aumentar se:

- Diminuírem os gastos
- Aumentarem as vendas, a taxas mais elevadas do que o crescimento dos gastos associados, nomeadamente através de:

Aumento do preço de venda

Aumento das quantidades vendidas

5.1.4. Rentabilidade do investimento

Rentabilidade do ativo (RAT)

$$\frac{\text{RLP} + \text{Gastos financiamento} \times (1 - t)}{\text{Ativo total}_{\text{média do período}}} \times 100$$

Significado:

- Avalia o desempenho dos capitais totais investidos pela empresa.
- Analisa a rentabilidade das aplicações, separada das decisões financeiras.

A ter em consideração:

- Reflete o grau de remuneração dos ativos.
- Excelente indicador para comparar empresas.
- Atenção: valores médios, (1-t), expressão.
- Não existe um valor de ref^a universal.
- $\text{RAT}_{\text{emp}} > \text{RAT}_{\text{setor}}$ reflete uma melhor capacidade da empresa p^a rentabilizar os investimentos (ativos) que a média das empresas do setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.



Rendibilidade operacional do ativo (ROA)

$$\frac{\text{Resultado operacional}}{\text{Ativo total}_{\text{média do período}}} \times 100$$

Significado:

Avalia o retorno obtido, em termos operacionais, por cada u.m. investida pela empresa.

A ter em consideração:

- Quanto > for a ROA, > a propensão para o investimento gerar resultados.
- A comparação da ROA com o custo do capital alheio permite avaliar o efeito de alavanca financeira.
- Atenção: valores médios, expressão.
- Não existe um valor de ref^a universal.
- $ROA_{emp} > ROA_{setor}$ reflete uma melhor capacidade geradora de resultados operacionais decorrentes do investimento em ativos, face à média das empresas do setor.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

Rendibilidade do capital próprio (RCP)

Rendibilidade do capital próprio (R_{CP})

$$\frac{\text{RLP}}{\text{Capital próprio}_{\text{média do período}}} \times 100$$

Significado:

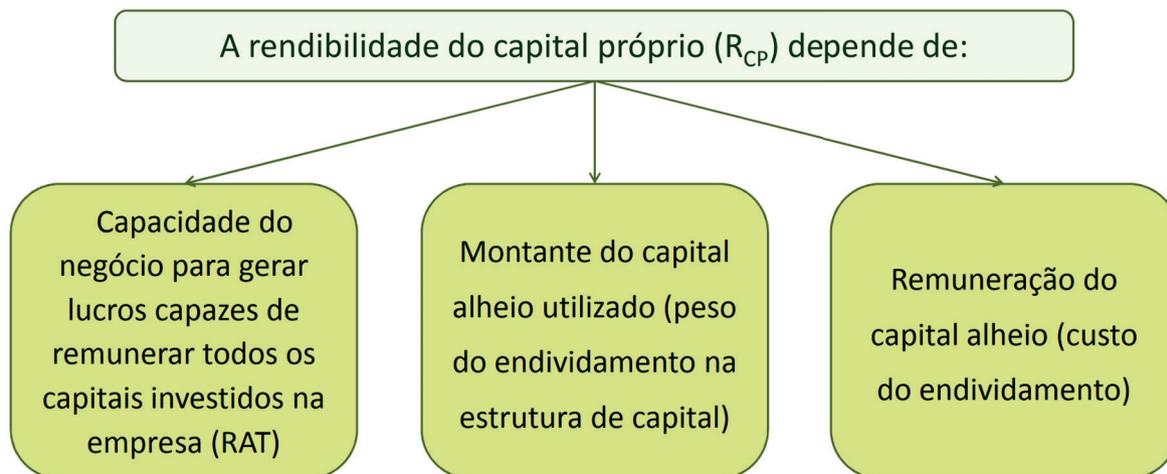
- Analisa o grau de remuneração do capital próprio.
- Avalia o desempenho do capital próprio investido na empresa.

A ter em consideração:

- Medida do retorno proporcionado aos detentores do capital próprio.
- Permite aferir sobre a razoabilidade da R_{CP} da empresa quando comparado com taxas de rendibilidade do mercado de capitais, para níveis idênticos de risco.
- Atenção: valores médios, expressão.
- Não existe um valor de ref^a universal.
- $R_{CPemp} > R_{CPsetor}$ reflete uma melhor capacidade de remuneração do capital próprio da empresa face à média das empresas dos setor.

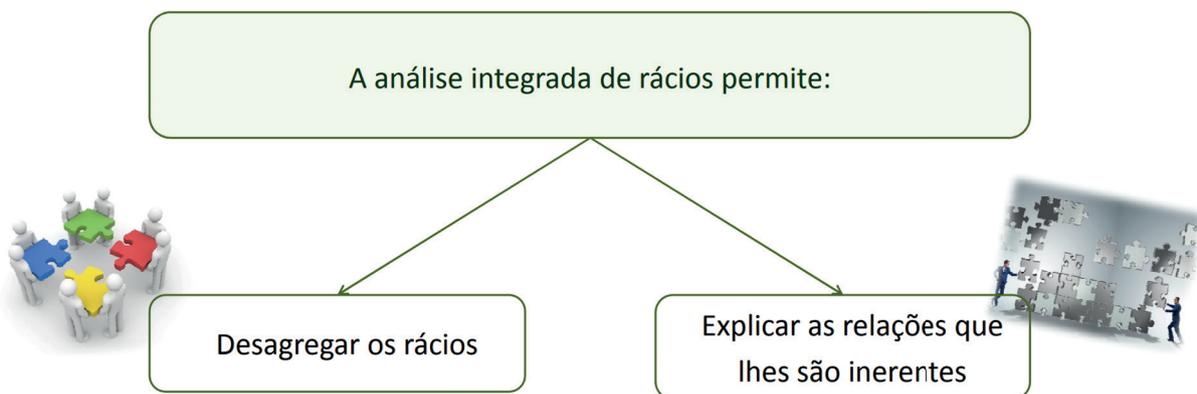
Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.





Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

5.2. Análise integrada de rácios



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

5.2.1. Equação fundamental da rentabilidade económica

Equação fundamental da rentabilidade económica

$$\frac{\text{Resultado líquido do período}}{\text{Ativo total}} = \frac{\text{Resultado líquido do período}}{\text{Volume de negócios}} \times \frac{\text{Volume de negócios}}{\text{Ativo total}}$$

Rendibilidade das vendas
Rotação do ativo

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

A rentabilidade económica depende:

- Do resultado gerado por cada unidade monetária vendida;
- Do número de unidades monetárias vendidas por cada unidade monetária investida.

Assim, a rentabilidade económica aumenta quando a empresa:

- Vende mais, mantendo a margem de lucro;
- Vende mais, com redução da margem de lucro numa menor proporção que as vendas;
- Mantém as quantidades vendidas, mas aumenta a margem de lucro por unidade vendida;
- Vende menos, mas obtém uma margem de lucro superior, cujo acréscimo é maior que o decréscimo nas vendas.

CONCLUSÃO:



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

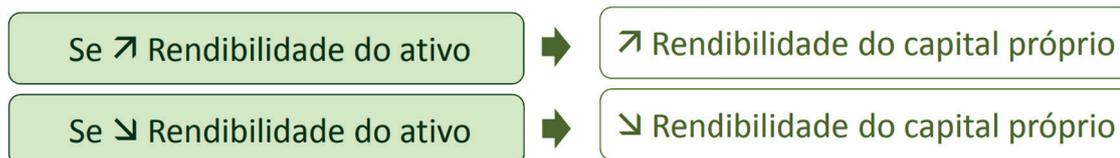
5.2.2. Equação fundamental da rendibilidade do capital próprio

$$\frac{\text{Resultado líquido do período}}{\text{Capital próprio}} = \underbrace{\frac{\text{Resultado líquido do período}}{\text{Ativo total}}}_{\text{Rendibilidade do ativo}} \times \underbrace{\frac{\text{Ativo total}}{\text{Capital próprio}}}_{\text{Estrutura financeira}}$$

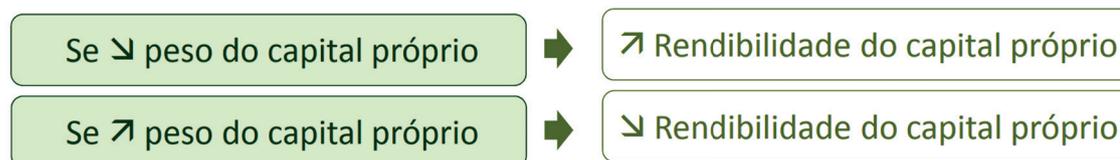
Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

CONCLUSÃO:

▣ Para uma dada relação ativo/capital próprio



▣ Para uma dada rendibilidade do ativo total (ou do investimento)



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

5.2.3. Análise DuPont

$$\frac{\text{Resultado líquido}}{\text{Capital próprio}} = \frac{\text{Resultado líquido}}{\text{Volume negócios}} \times \frac{\text{Volume negócios}}{\text{Ativo líquido}} \div \frac{\text{Capital próprio}}{\text{Ativo líquido}}$$

Rendibilidade das vendas

Rotação do ativo

Estrutura financeira

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

5.2.4. Análise Rendibilidade do capital próprio pelo modelo multiplicativo

$$R_{CP} = \frac{RO}{VN} \times \frac{VN}{A} \times \frac{A}{CP} \times \frac{RAI}{RO} \times \frac{RLP}{RAI}$$

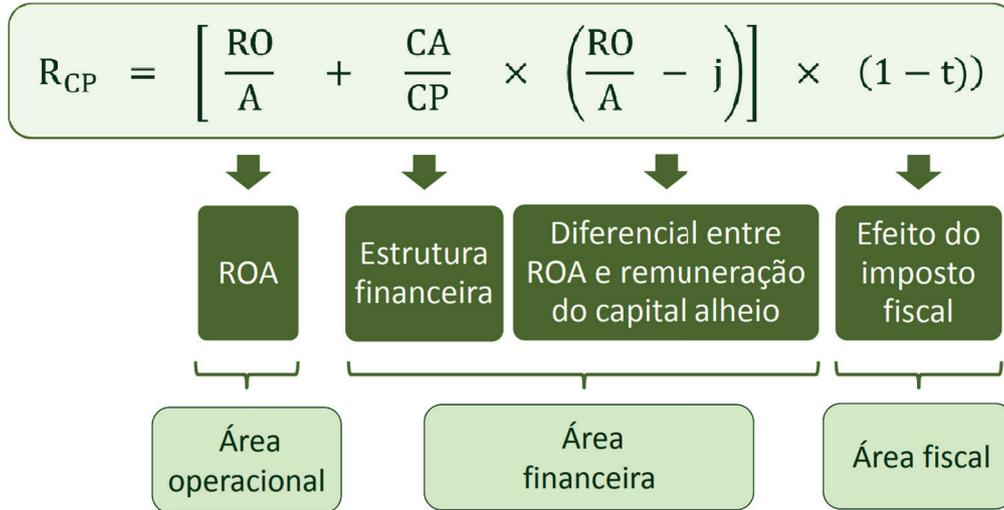
Área operacional

Área financeira

Área fiscal

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

5.2.5. Análise Rendibilidade do capital próprio pelo modelo aditivo

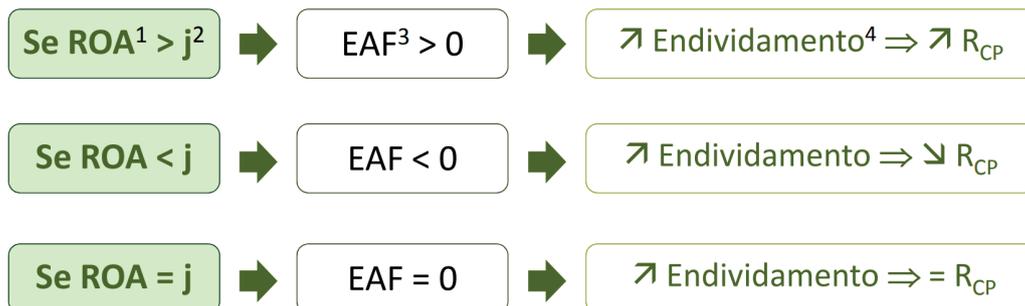


Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

5.2.6. Efeito de alavanca financeira

É possível analisar o impacto do endividamento na rentabilidade do capital próprio

O estudo do efeito de alavanca financeira permite avaliar a valorização do capital próprio através do recurso a capital alheio

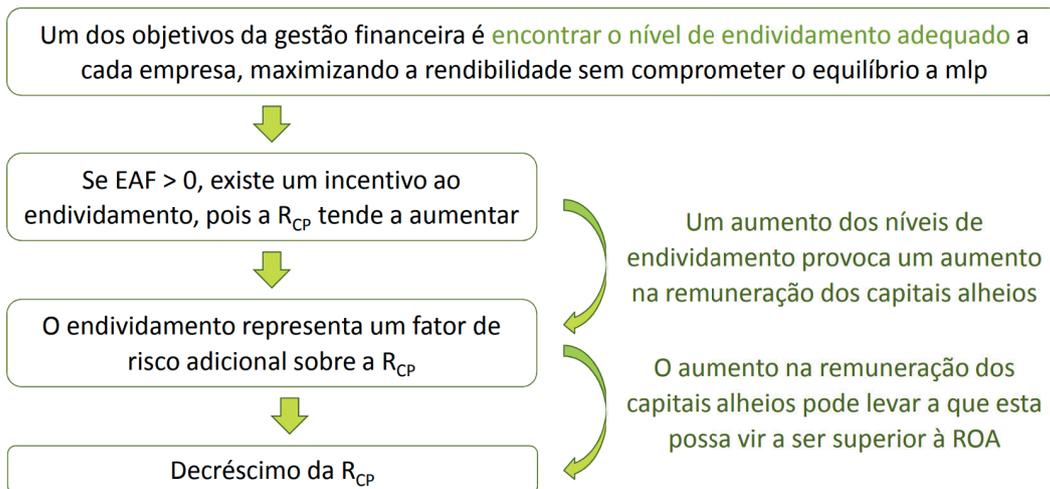


Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

Relembrar que:

1. $ROA = \text{Resultado operacional} / \text{Ativo}$
2. $\text{Custo do capital alheio} = \text{Gastos de financiamento} / \text{Capital alheio}$
3. $\text{Efeito de alavanca financeira} = ROA - J$

Conclusão:



Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

5.3. Rácios e indicadores de desempenho bolsista

Os indicadores de desempenho bolsista são rácios:

- Aplicáveis a empresas com títulos cotados em Bolsa
- Dão indicações sobre o desempenho da empresa no passado e expectativas de evolução futuras
- Relacionam a cotação das ações da empresa com:
 - Lucros;
 - Dividendos;
 - Valor contabilístico por ação.

5.3.1. Payout ratio (POR)

Payout ratio (POR)

$$\frac{\text{Dividendos}}{\text{Resultado líquido do período}} \times 100$$

Significado:

- Representa a parte do resultado que é distribuída sob a forma de dividendos.
- Mede a proporção do resultado líquido que é distribuída pelos acionistas.

A ter em consideração:

- Um POR baixo pode significar que a empresa privilegia o financiamento com capitais gerados internamente.
- Um POR elevado pode significar que a empresa recorre a financiamento pouco alicerçado no autofinanciamento.
- Atenção: expressão.
- $POR_{emp} > POR_{concorrente}$ reflete uma maior distribuição de riqueza pelos acionistas comparativamente aos concorrentes.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

5.3.2. Earnings per share (EPS)

Earnings per share (EPS)

$$\frac{\text{Resultado líquido do período}}{\text{Média ponderado do nº de ações em circulação}}$$

Significado:

- Representa o valor do resultado afeto a cada ação da empresa.
- Avalia a rentabilidade por unidade de propriedade acionista.

A ter em consideração:

- Um EPS baixo pode estar associado a uma baixa rentabilidade do capital próprio.
- Atenção: expressão.
- $EPS_{emp} > EPS_{concorrente}$ reflete uma maior capacidade de remuneração dos acionistas por comparação com os concorrentes.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.

5.3.3. Price earning ratio (PER)

Price earning ratio (PER)

$$\frac{\text{Cotação da ação}}{\text{Resultado por ação}}$$

Significado:

Representa o prazo de recuperação do capital por parte do investidor que adquire a ação pelo preço de cotação.

A ter em consideração:

- Um PER elevado pode significar:
 - ✓ Elevada expectativa de crescimento dos dividendos.
 - ✓ Investimento de baixo risco com rentabilidades exigidas inferiores à média do mercado.
- Pressupostos:
 - POR = 100%
 - RLP constantes e perpétuos
- Atenção: expressão.
- $PER_{emp} > PER_{concorrente}$ reflete uma menor capacidade de recuperação do investimento por parte do acionista.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.



5.3.4. Dividend yield (DY)

Dividend yield (DY)

$$\frac{\text{Dividendo por ação}}{\text{Cotação da ação}} \times 100$$

Significado:

Representa o rendimento proporcionado aos acionistas sob a forma de dividendo.

A ter em consideração:

- Um DY elevado pode significar:
 - ✓ Expectativa e baixas taxas de crescimento dos dividendos.
 - ✓ Investimento de elevado risco com rendibilidades exigidas superiores à média do mercado.
- Atenção: expressão.
- $DY_{emp} > DY_{concorrente}$ reflete uma maior capacidade de remuneração do acionista pela via dos dividendos, embora o nível de risco seja superior ao das suas concorrentes.

Fonte: Disciplina de Análise Financeira. Licenciatura em Finanças. ISCAA – UA. Aveiro.



O FUTURO É HOJE

Sustentabilidade das Empresas Familiares

NORTE2020
PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

PORTUGAL
2020

 UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional